



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025

Ananindeua



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

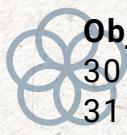
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Ananindeua x RI Guajará x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Ananindeua x RI Guajará x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Ananindeua (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

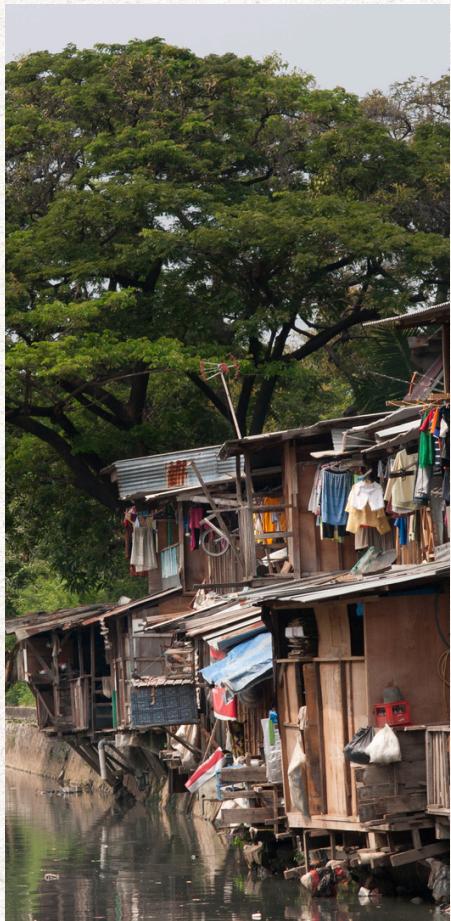


Evolução da Taxa de Pobreza

A análise da evolução da Taxa de Pobreza entre 2019 e 2023 revela dinâmicas distintas entre os três níveis territoriais observados: Ananindeua, a Região de Integração (RI) Guará, e o estado do Pará. Em 2019, Ananindeua apresentou a menor taxa de pobreza entre os três, com 22,9%, enquanto o estado do Pará registrava 41,7%. Essa tendência se manteve estável até 2021, com pequenas variações e níveis relativamente controlados (Gráfico 1).

Contudo, o ano de 2022 marcou um salto expressivo na taxa de pobreza em todas as

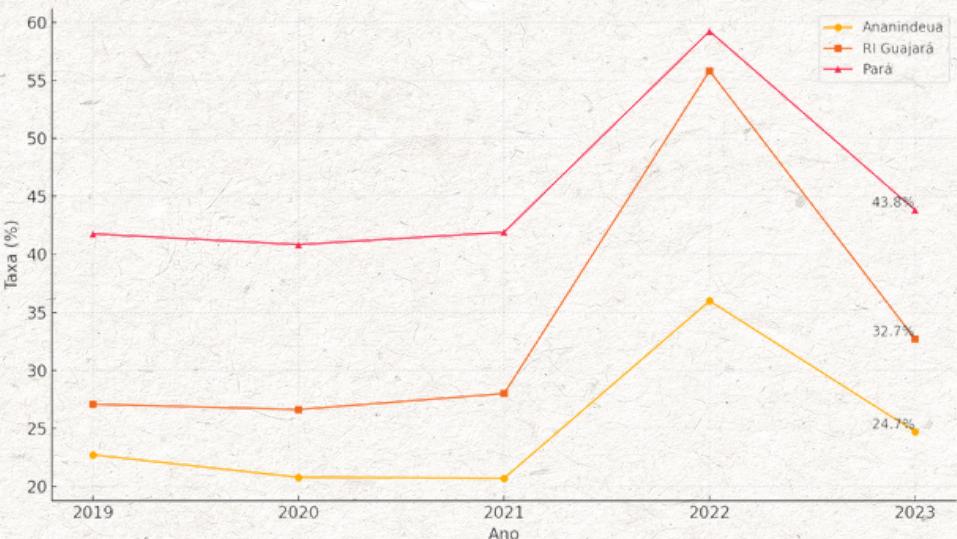
esferas. Ananindeua saltou para 35,9%, a RI Guará para 55,4% e o estado do Pará atingiu 59,1%, indicando um agravamento generalizado das condições socioeconômicas provavelmente reflexo dos impactos econômicos pós-pandemia, inflação e retração de políticas compensatórias. Essa elevação abrupta sugere vulnerabilidades estruturais que foram exacerbadas por fatores externos (Gráfico 1).





Em 2023, observa-se um recuo nos indicadores de pobreza em todos os territórios analisados, embora ainda acima dos níveis pré-2022. Ananindeua reduziu sua taxa para 24,7%, a RI Guajará para 32,7% e o Pará para 43,8%. Apesar dessa melhora, o patamar ainda elevado em relação ao início da série indica que a recuperação socioeconômica tem sido desigual e que o enfrentamento da pobreza exigirá políticas públicas mais efetivas e integradas entre os níveis municipal, regional e estadual (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

A evolução das Despesas Públicas com Serviços Essenciais entre 2019 e 2023 evidencia uma tendência de queda no município de Ananindeua, bem como na Região de Integração (RI) Guajará e no estado do Pará, ainda que em diferentes intensidades. Em 2019, Ananindeua apresentava um dos maiores percentuais, com cerca de 61,7%, valor superior ao da RI Guajará (56,0%) e levemente inferior ao do estado (62,9%). No entanto, a partir de 2020, observa-se uma queda constante no município, atingindo o ponto

mais baixo em 2022 (46,3%), com leve recuperação em 2023 para 49,4% (Gráfico 2).

A Região de Integração Guajará também apresentou uma oscilação, com queda expressiva em 2020 (50,5%), seguida de uma recuperação parcial em 2021 e relativa estabilidade nos anos seguintes, encerrando 2023 com 51,8%. O estado do Pará, por sua vez, manteve-se mais estável ao longo do período, oscilando entre 59,5% e 62,9%, demonstrando maior consistência na destinação de recursos para serviços essenciais, mesmo

diante das crises enfrentadas no período (Gráfico 2).

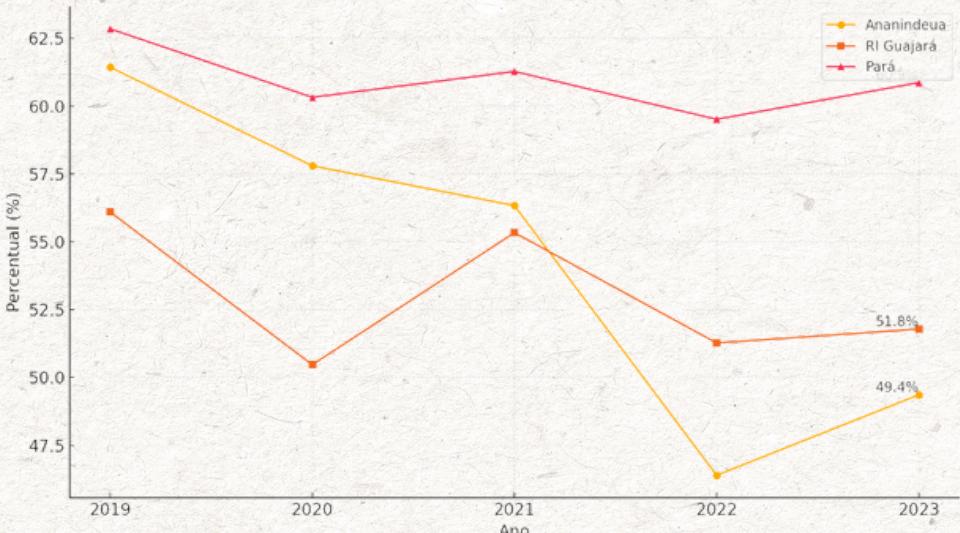
A comparação entre os níveis territoriais mostra que Ananindeua vem perdendo capacidade de investimento proporcional em serviços essenciais em relação ao estado e à região em que está inserido. A queda acentuada a partir de 2021 pode indicar restrições fiscais locais ou reestruturações orçamentárias desfavoráveis à manutenção de políticas públicas fundamentais. O que sinaliza atenção por parte do poder público municipal para garantir o fi-



nanciamento adequado de áreas essenciais para a qualidade de vida da população (Gráfico 2).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 49,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A evolução da prevalência de crianças com baixo peso ao nascer entre 2019 e 2023 demonstra uma tendência crescente em todos os níveis territoriais analisados: município de Ananindeua, Região de Integração (RI) Guajará e estado do Pará. Em 2019, Ananindeua apresentava a segunda menor taxa entre os três, com 7,9%, enquanto a RI Guajará já registrava 8,9% e o estado do Pará, 7,6%. Apesar disso, ao longo dos anos seguintes, o município teve um crescimento contínuo no indicador, alcançando 10% em 2023 o valor praticamente igualado ao da RI Guajará (10%) (Gráfico 3).

A RI Guajará também apresentou um aumento consis-

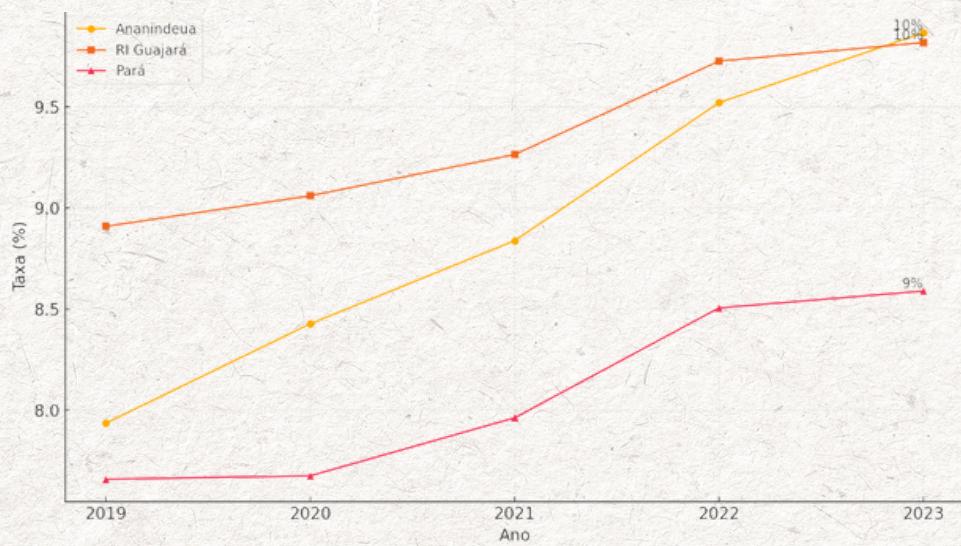
tente na taxa, saindo de 8,9% em 2019 para 10% em 2023, mantendo-se sempre à frente dos demais territórios, até ser alcançada por Ananindeua no último ano da série. Já o estado do Pará, apesar de manter as menores taxas durante todo o período, também apresentou crescimento, passando de 7,6% para 9%, o que evidencia que o problema não é localizado, mas reflete uma tendência regional mais ampla de agravamento desse indicador (Gráfico 3).

Esse aumento contínuo na prevalência de crianças com baixo peso ao nascer pode estar associado a uma combinação de fatores, como a piora nas condições socioeconômicas, limitações no pré-

natal e na atenção básica à saúde, além de desigualdades estruturais. O fato de Ananindeua ter ultrapassado o estado e se igualado à RI Guajará sugere um alerta importante para o município, que precisa intensificar políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil, segurança alimentar e suporte às gestantes, a fim de reverter esse quadro preocupante (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

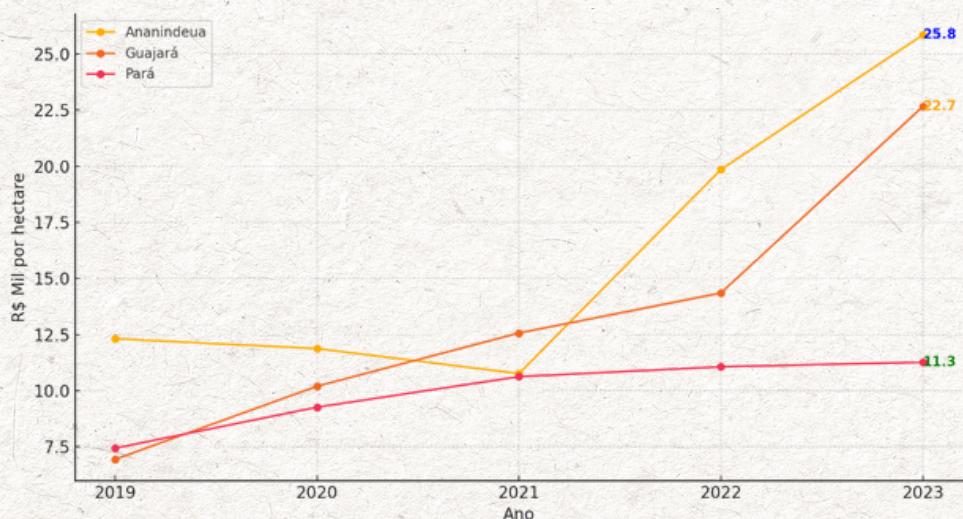
Entre 2019 e 2023, a produtividade agrícola no município de Ananindeua apresentou uma trajetória de crescimento expressivo. Após uma leve queda entre 2019 e 2021, o indicador passou de R\$ 10,8 mil/hectare em 2021 para R\$ 25,8 mil/hectare em 2023, o que representa mais que o dobro em apenas dois anos. Esse salto sinaliza uma possível intensificação tecnológica ou mudança significativa no perfil produtivo local, destacando o município como um dos mais produtivos em comparação com os demais níveis

analisados (Gráfico 4).

Na Região de Integração Guajará, a produtividade agrícola também cresceu de forma significativa, saindo de R\$ 7 mil/hectare em 2019 para R\$ 22,7 mil/hectare em 2023. O avanço foi constante, com destaque para o crescimento acelerado entre 2022 e 2023. Isso indica um fortalecimento regional das práticas agrícolas mais eficientes, possivelmente impulsionado por investimentos, políticas públicas ou diversificação das culturas de maior valor agregado (Gráfico 4).

Por outro lado, o estado do Pará apresentou uma evolução mais modesta. A produtividade agrícola subiu de R\$ 7,4 mil/hectare em 2019 para R\$ 11,3 mil/hectare em 2023, mantendo uma trajetória de crescimento linear e estável. Apesar da evolução positiva, o patamar estadual permanece distante dos valores observados em Ananindeua e na RI Guajará, o que sugere disparidades territoriais significativas na capacidade produtiva agrícola e aponta para a necessidade de maior difusão de tecnologias e incentivos no restante do estado (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 25,8 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

No entanto, em 2021, Ananindeua apresentou uma elevação expressiva no indicador, atingindo o pico de 15,6 superando tanto a média da região quanto a do estado. Esse salto abrupto pode estar associado a fatores conjunturais, como o impacto da pandemia de COVID-19 sobre os serviços de saúde, especialmente os voltados ao pré-natal, parto e cuidados neonatais. Já a RI Guajará e o estado do Pará apresentaram oscilações mais suaves no período, mantendo-se em patamares próximos a 14,5 e 15, respectivamente (Gráfico 5).

Em 2023, Ananindeua demonstrou uma importante reversão, reduzindo sua taxa de mortalidade infantil para 12, o menor valor de toda a série analisada e abaixo dos demais territórios RI Guajará (14) e Pará (15). Esse re-

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

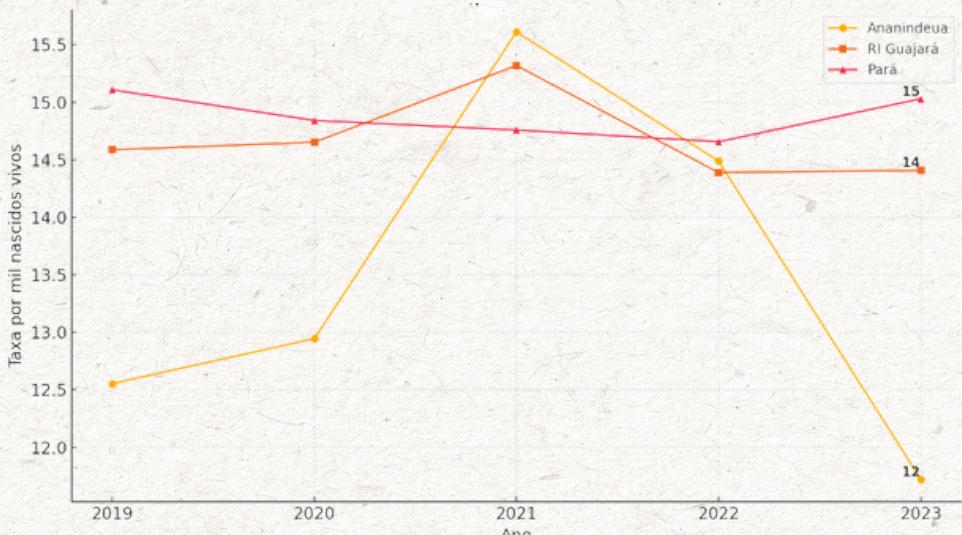
A análise da taxa de mortalidade infantil entre 2019 e 2023 revela variações distintas entre os territórios de Ananindeua, Região de Integração (RI) Guajará e estado do Pará. Em 2019, Ananindeua apresentava a menor taxa entre os três, com 12,5 por mil nascidos vivos, enquanto a RI Guajará registrava 14,6 e o estado do Pará, 15,1. Essa diferença inicial indicava uma situação relativamente mais favorável no município, apesar de ainda preocupante do ponto de vista da saúde pública (Gráfico 5).





sultado positivo pode refletir a eficácia de ações recentes voltadas à saúde materno-infantil no município, indicando avanços em políticas públicas de atenção básica, monitoramento de gestantes e melhoria das condições de parto e pós-parto. Ainda assim, a volatilidade do indicador exige atenção contínua e investimentos sustentados para garantir que essa tendência de queda se mantenha ao longo dos anos (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de médicos por 10 mil habitantes apresentou crescimento em todos os níveis territoriais analisados: Ananindeua, Região de Integração (RI) Guajará e o estado do Pará. Em 2019, Ananindeua contava com cerca de 13 médicos por 10 mil habitantes, número inferior ao da RI Guajará (19) e superior ao do estado (8,5). Ao longo dos anos seguintes, o município teve um crescimento gradual,

alcançando 16 em 2022, seguido de uma leve redução para 15 em 2023 (Gráfico 6).

A RI Guajará manteve-se com os maiores valores ao longo de todo o período, com crescimento constante até 2022, quando atingiu o pico de 25,8 médicos por 10 mil habitantes. Em 2023, esse número caiu levemente para 24, ainda assim mantendo ampla vantagem em relação aos demais territórios. Já o estado do Pará teve um crescimento ma-

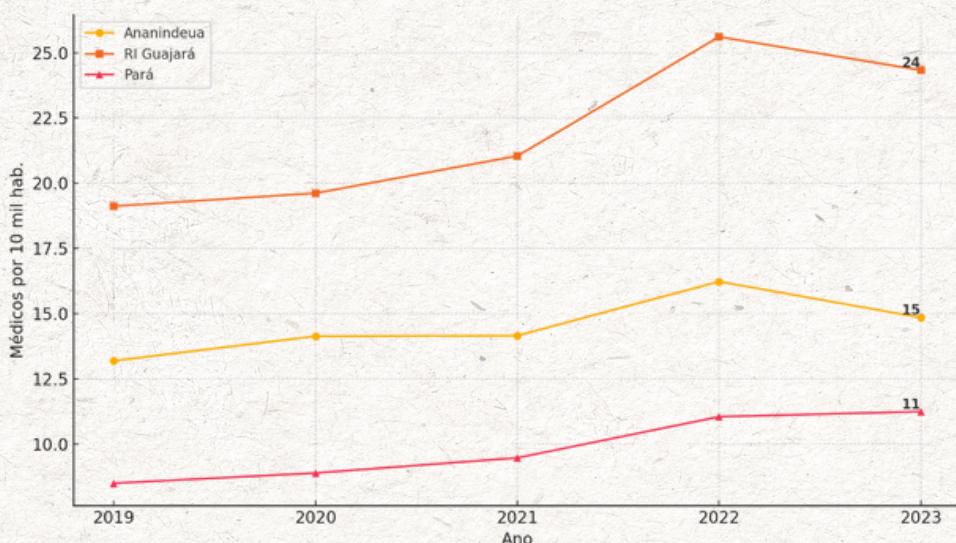
is tímido, saindo de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 11 em 2023, o que reflete um cenário de carência mais acentuada na distribuição de profissionais da saúde em âmbito estadual (Gráfico 6).



A análise evidencia que, embora Ananindeua tenha apresentado avanços importantes, o município ainda se encontra significativamente abaixo da média da sua região de integração, o que pode indicar concentração de profissionais em polos maiores ou capitais. A leve queda em 2023 merece atenção, pois pode refletir questões como evasão profissio-

nal, restrições orçamentárias ou fragilidade na atração e retenção de médicos. Para garantir o fortalecimento do sistema de saúde e maior equidade no acesso, é essencial que políticas públicas continuem incentivando a formação, fixação e valorização desses profissionais em todas as esferas (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

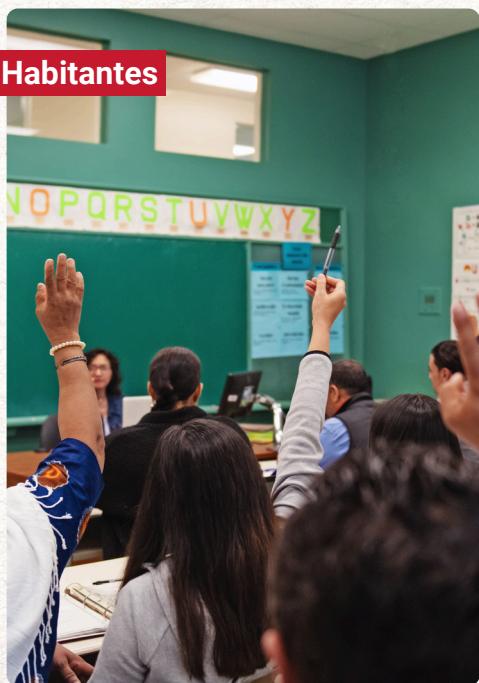




ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.



Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de vagas no ensino público por mil habitantes apresentou oscilações nos três níveis territoriais analisados: Ananindeua, Região de Integração (RI) Guajará e estado do Pará. Em 2019, Ananindeua registrava 142 vagas por mil habitantes, acima da RI Guajará (136) e bem abaixo da média estadual, que era de 211. Nos anos seguintes, tanto Ananindeua quanto a região apresentaram queda nos valores até 2021, seguidos de uma recuperação em 2022, que, no entanto, não se sustentou em 2023 (Gráfico 7).

O estado do Pará manteve os maiores índices ao longo do período, oscilando de forma mais acentuada. Após uma leve queda entre 2019 e 2020, o

indicador estadual voltou a subir, atingindo seu pico em 2022 com 220 vagas por mil habitantes. No entanto, em 2023, sofreu uma queda significativa para 198, o que indica possíveis mudanças nas políticas de oferta ou dificuldades estruturais no sistema de ensino público. Apesar disso, o estado segue muito à frente do município e da região em termos de cobertura potencial da rede pública de ensino (Gráfico 7).

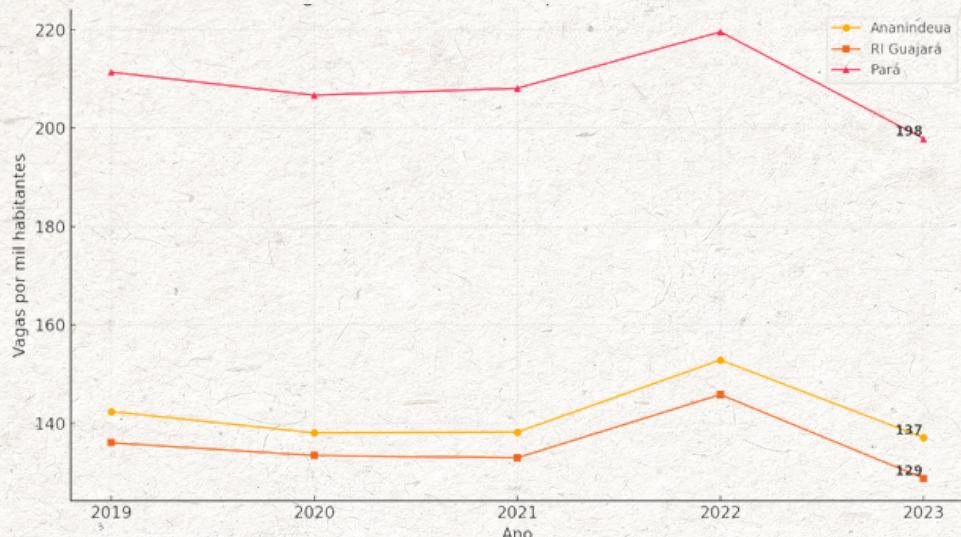
Já Ananindeua e a RI Guajará encerram 2023 com 137 e 129 vagas por mil habitantes, respectivamente, valores inferiores aos registrados no início da série. Essa queda aponta para desafios importantes na manutenção e expansão da oferta de vagas no ensino público nesses territórios. A

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

redução pode refletir restrições orçamentárias, diminuição na capacidade da rede ou mudanças demográficas. Diante desse cenário, é fundamental fortalecer o planejamento educacional local, com foco na ampliação do acesso e na adequação da infraestrutura para garantir o direito à educação de qualidade a toda a população (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 137 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

A evolução do percentual de escolas com acesso à internet entre 2019 e 2023 revela avanços importantes, especialmente no município de Ananindeua e na Região de Integração (RI) Guajará. Em 2019, Ananindeua contava com 64,3% de suas escolas conectadas, enquanto a RI Guajará apresentava 65,6% e o estado do Pará, apenas 34,2%. No ano seguinte, houve um salto significativo em Ananindeua, que atingiu 88,6%, superando amplamente os demais territórios. Esse avanço pode estar associado à resposta emergencial à pandemia de COVID-19, que exigiu conectividade para viabilizar o ensino remoto (Gráfico 8).

Apesar do avanço inicial, os

anos de 2021 e 2022 mostraram uma estagnação nos percentuais tanto em Ananindeua quanto na RI Guajará, com queda em relação a 2020. O município manteve cerca de 65,6% de escolas conectadas nesses dois anos, enquanto a região registrava 61,8% e 63,1%, respectivamente. Esse retrocesso temporário pode indicar dificuldades na manutenção das conexões, cortes orçamentários ou falhas na infraestrutura tecnológica. Por outro lado, o estado do Pará apresentou melhora contínua, ainda que em ritmo mais lento, passando de 40,5% em 2020 para 49,3% em 2022 (Gráfico 8).

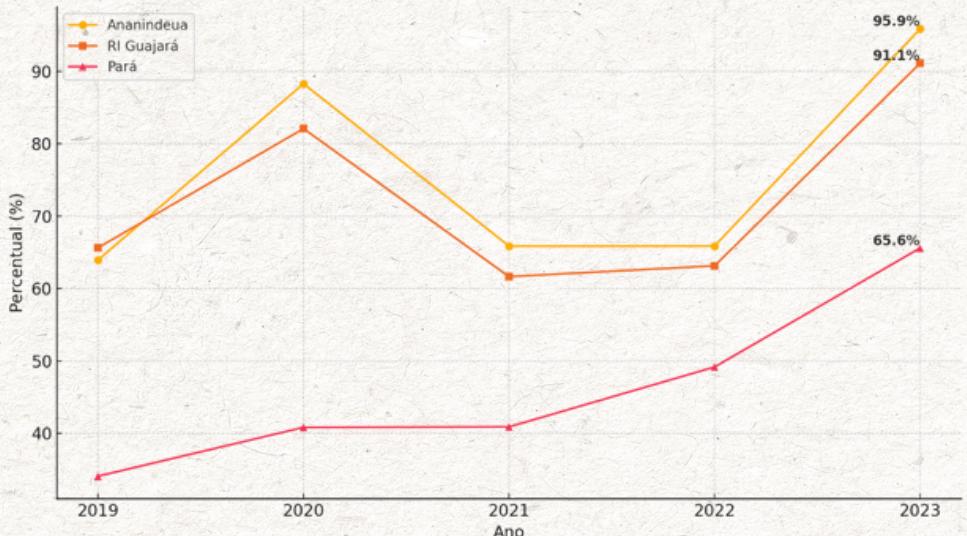
Em 2023, os três territórios demonstraram expressiva re-

cuperação. Ananindeua alcançou 95,9% das escolas com acesso à internet, consolidando-se como destaque positivo. A RI Guajará também obteve resultado elevado, com 91,1%, enquanto o estado do Pará atingiu 65,6%, marcando seu melhor desempenho da série. Esses números refletem um esforço mais articulado para universalizar o acesso à internet nas unidades escolares, o que é fundamental para a inclusão digital, melhoria da qualidade do ensino e modernização das práticas pedagógicas. A continuidade desses avanços dependerá do investimento em infraestrutura, capacitação docente e manutenção tecnológica (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 95,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Violência Contra a Mulher por Parceiros

A evolução da taxa de violência contra a mulher por parceiros entre 2019 e 2023 revela dinâmicas bastante distintas entre os níveis territoriais observados. Em 2019, Ananindeua registrava uma taxa relativamente baixa, com 4,5 casos por 100 mil habitantes, inferior tanto à RI Guajará (5,8) quanto ao estado do Pará (12,6). Essa diferença, no entanto, sofreu uma inversão significativa nos anos seguintes, especialmente a partir de 2022 (Gráfico 9).



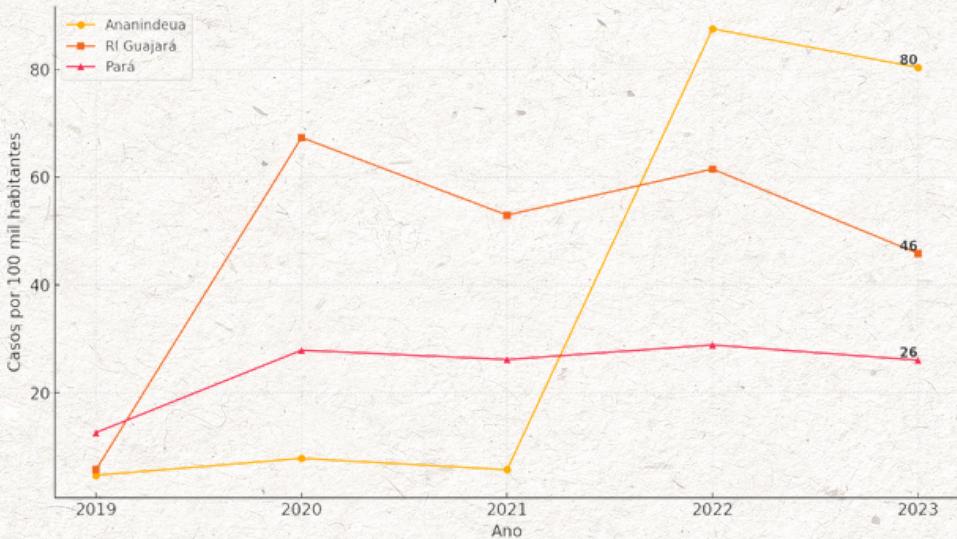
A partir de 2020, a RI Guajará apresentou um salto expressivo para 67,5 casos, mantendo níveis elevados até 2022. O estado do Pará também viu aumento nesse período, ainda que de forma mais gradual, chegando a 28,9 casos em 2022. Ananindeua, por sua vez, manteve-se com taxas moderadas até 2021, quando registrava 5,7 casos. No entanto, em 2022, houve um crescimento abrupto para 87,3 casos por 100 mil habitantes,

colocando o município como o território com maior incidência do indicador naquele ano, superando significativamente a média regional e estadual (Gráfico 9).

Em 2023, Ananindeua reduziu levemente sua taxa para 80, ainda mantendo um patamar muito elevado. A RI Guajará também apresentou recuo, encerrando o ano com 46 casos, enquanto o estado do Pará registrou 26. Esses dados revelam um cenário pre-

cupante de crescimento da violência de gênero no município, indicando a necessidade urgente de políticas públicas eficazes de prevenção, acolhimento e responsabilização. A disparada dos números em Ananindeua pode estar ligada tanto ao agravamento da violência quanto à melhora nos mecanismos de denúncia e registro, e por isso exige uma análise mais aprofundada e ações articuladas entre os diversos níveis de governo (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

A evolução do percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres entre 2019 e 2023 apresenta comportamentos distintos entre Ananindeua, a Região de Integração (RI) Guajará e o estado do Pará. Em 2019, o município iniciou a série com 40,8%, valor abaixo da média estadual (49,1%) e da sua região (48,1%). Essa diferença já indicava uma menor presença feminina em posições de liderança no município em comparação com os demais territórios (Gráfico 10).

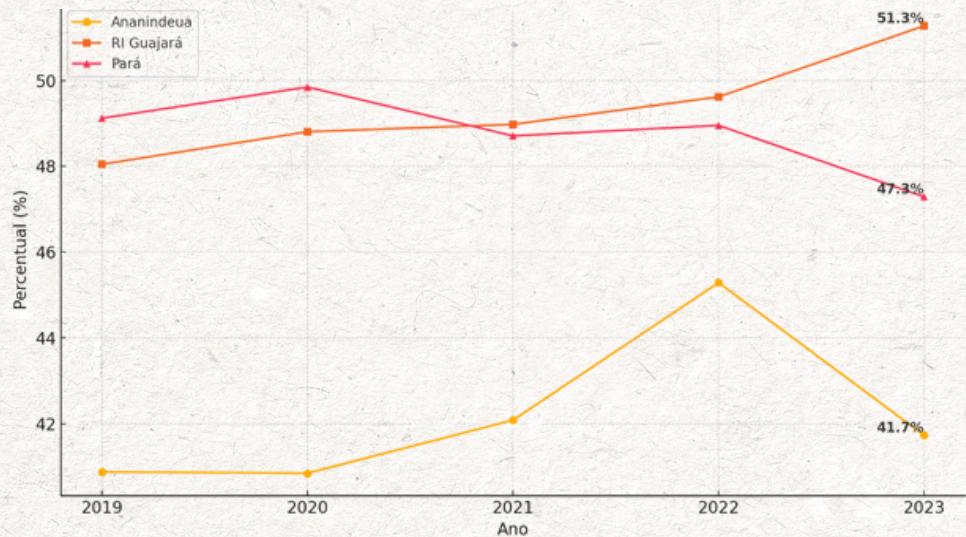




Nos anos seguintes, Ananindeua apresentou um crescimento gradual, atingindo seu pico em 2022 com 45,3%. Esse avanço pode refletir iniciativas locais voltadas à equidade de gênero no mercado de trabalho ou em cargos públicos. No entanto, em 2023, o município voltou a registrar queda, fechando o ano com 41,7%, o que ainda o mantém abaixo da média estadual e regional. Enquanto isso, a RI Guajará mostrou uma trajetória contínua de crescimento, alcançando 51,3% em 2023, tornando-se o único dos três territórios a ultrapassar a marca de maioria feminina em cargos gerenciais (Gráfico 10).

Já o estado do Pará, que liderava a série até 2021, apresentou uma leve queda nos últimos dois anos, passando de 49,8% em 2020 para 47,3% em 2023. Apesar disso, mantém uma participação mais equilibrada entre homens e mulheres em cargos de liderança. Esses dados reforçam a importância de políticas de valorização da mulher no ambiente de trabalho, sobretudo em espaços de decisão, e indicam que, embora haja avanços pontuais, ainda existe desigualdade significativa, especialmente em contextos locais como o de Ananindeua, que precisam de estratégias mais efetivas para reverter esse cenário (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

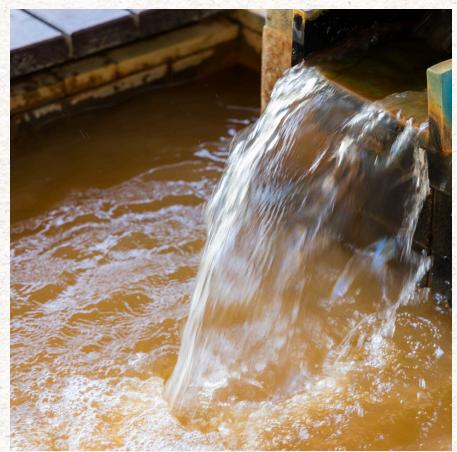
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

A análise do percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto entre 2019 e 2023 mostra uma evolução modesta em Ananindeua e no estado do Pará, enquanto a Região de Integração (RI) Guajará apresentou avanços muito mais expressivos. Em 2019, Ananindeua registrava apenas 10,2% de cobertura, valor ligeiramente acima do estado (6,9%), mas muito inferior à RI Guajará, que já contava com 27,2%. Esse cenário inicial revela uma disparidade significativa no acesso ao saneamento básico entre os diferentes territórios (Gráfico 11).

Nos anos seguintes, os três níveis apresentaram crescimento. Em Ananindeua, o indicador subiu gradualmente, alcançando 12,8% em 2023. O estado do Pará também mostrou uma evolução, ainda que partindo de uma base mais baixa, atingindo 11,5% no mesmo ano. Embora o progresso exista, os valores permanecem baixos e indicam que grande parte da população de baixa renda continua desassistida nesse aspecto essencial para a saúde e dignidade. Já a RI Guajará teve um avanço

expressivo, com salto de 32,4% em 2021 para 42,8% em 2023, mostrando uma priorização mais efetiva da política de saneamento para populações vulneráveis na região (Gráfico 11).

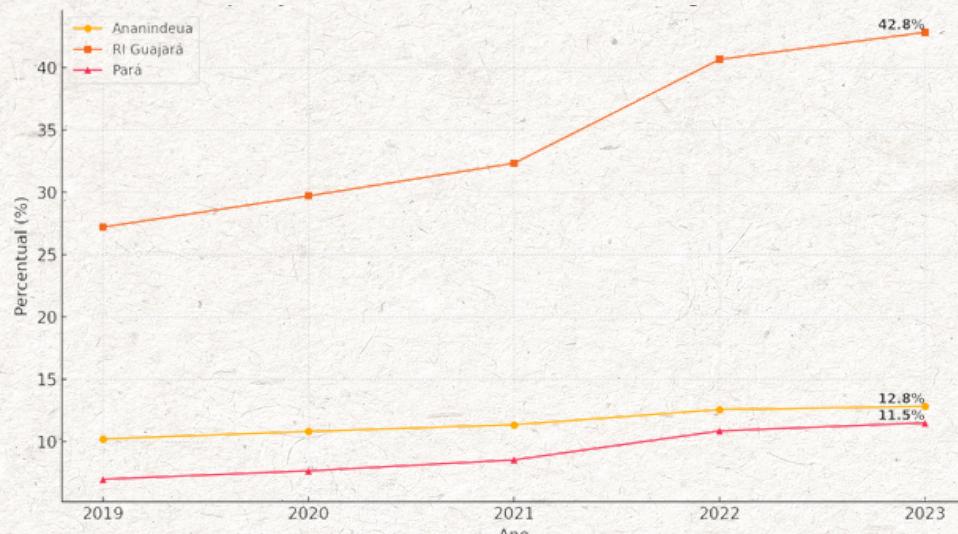
Esse contraste evidencia desigualdades dentro do próprio território paraense e aponta para a urgência de ampliar o investimento em infraestrutura de esgoto em municípios carentes de esgoto em municípios como Ananindeua. A baixa cobertura compromete a saúde pública e o desenvolvimento



urbano sustentável, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica. Para alcançar melhorias significativas, é necessário não apenas ampliar a rede de coleta, mas também garantir que os serviços cheguem efetivamente a todos.



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

tivamente às populações de baixa renda, promovendo inclusão e equidade no acesso ao saneamento básico (Gráfico 11).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

A análise do gasto municipal com saneamento básico per capita entre 2019 e 2023 revela variações significativas nos três níveis territoriais analisados: Ananindeua, Região de Integração (RI) Guajará e estado do Pará. Em 2019, Ananindeua registrava o menor investimento entre os três, com cerca de R\$ 140 por habitante, enquanto a RI Guajará investia R\$ 192 e o estado do Pará R\$ 79. Já em 2020, o município aumentou expressivamente esse gasto para R\$ 244, acompanhando o crescimento na região e no estado (Gráfico 12).

Em 2021, houve uma redução nos investimentos per capita em todos os níveis, especialmente em Ananindeua, que caiu para R\$ 175. Contudo, o ano de 2022 marcou uma in-

flexão importante: Ananindeua saltou para R\$ 464 por habitante, o maior valor da série histórica, superando com folga tanto a RI Guajará (R\$ 350) quanto o estado (R\$ 154). Esse crescimento pode ter sido impulsionado por projetos pontuais, ampliação de redes de esgoto e água, ou repasses extras, indicando um esforço concentrado naquele ano (Gráfico 12).

Em 2023, observa-se uma queda nos investimentos, embora ainda em patamar superior ao início da série. Ananindeua encerrou o ano com R\$ 292 por habitante, praticamente igual à RI Guajará (R\$ 290), enquanto o estado reduziu para R\$ 137. Apesar da retração, o patamar atual ainda é positivo para o município, indicando que houve uma mu-

dança estrutural na priorização do saneamento. No entanto, a instabilidade dos valores ao longo do tempo sugere a necessidade de planejamento mais contínuo e sustentável, a fim de garantir avanços consistentes na cobertura e qualidade dos serviços de saneamento básico, especialmente para populações mais vulneráveis (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 292/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Entre 2019 e 2023, observa-se uma tendência geral de crescimento no consumo de energia elétrica per capita nos três níveis territoriais analisados: município de Ananindeua, Região de Integração (RI) Guajará e estado do Pará. Ananindeua apresentou um aumento consistente ao longo dos anos, partindo de cerca de 1.070 kWh/hab. em 2019 para 1.420 kWh/hab. em 2023, com um salto mais expressivo entre 2021 e 2022. Esse crescimento pode estar relacionado ao aumento da urbanização, acesso



ampliado à energia e mudanças nos hábitos de consumo da população local (Gráfico 13).

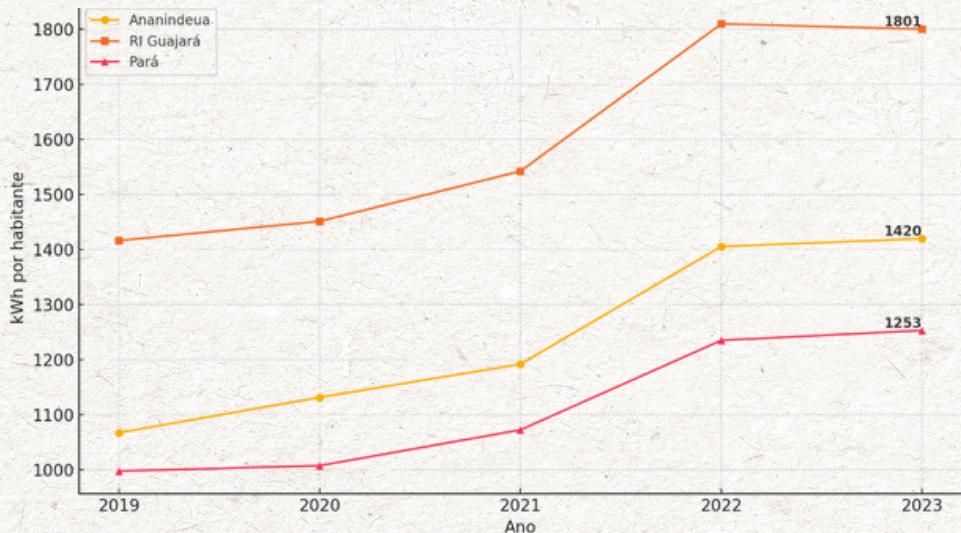
A RI Guajará, onde Ananindeua está inserido, manteve-se ao longo do período com os maiores valores de consumo per capita, indicando um padrão regional de consumo mais elevado. Em 2022, houve um pico notável, com o indicador atingindo 1.810 kWh/hab., seguido por uma leve queda em 2023. Esse comportamento pode sugerir fatores conjunturais específicos em 2022,

como variações climáticas, incentivos a equipamentos elétricos ou impactos da recuperação econômica pós-pandemia (Gráfico 13).

Já o estado do Pará, embora apresente valores absolutos mais baixos que os demais níveis, também demonstra crescimento contínuo e gradual, indo de cerca de 990 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023. Essa elevação progressiva sugere uma ampliação do acesso à energia elétrica no estado como um todo, ainda que em

ritmo menos acelerado que em Ananindeua e na RI Guajará. No conjunto, os dados indicam um cenário de intensificação do consumo de energia elétrica no Pará, com destaque para o dinamismo de regiões urbanas como Ananindeua (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.420 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

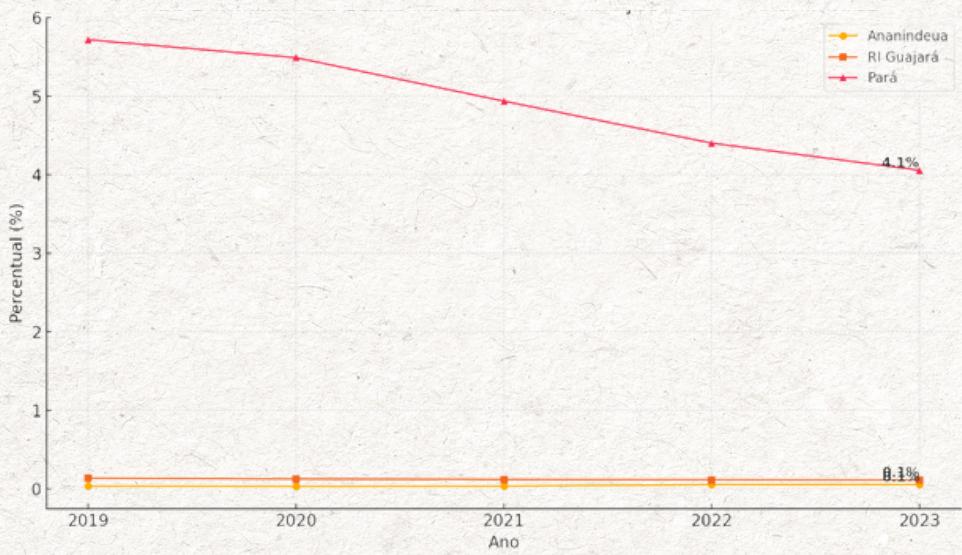
Entre 2019 e 2023, observa-se uma redução constante no percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil no estado do Pará, passando de aproximadamente 5,7% para 4,1%. Essa tendência indica avanços importantes na inclusão energética e na substituição de fontes precárias por alternativas mais modernas, provavelmente impulsionados por políticas públicas voltadas à universalização do acesso à energia elétrica, especialmente em áreas mais vulneráveis (Gráfico 14).



No município de Ananindeua, os valores do indicador se mantiveram extremamente baixos durante todo o período analisado, oscilando em torno de 0,1%. A estabilidade nesse patamar reduzido demonstra que a população de baixa renda local já dispõe de infraestrutura elétrica consolidada, com pouco ou nenhum uso de fontes fósseis para iluminação. Isso pode ser reflexo do contexto urbano mais adensado de Ananindeua, que facilita o acesso à rede elétrica formal em comparação com áreas rurais ou mais isoladas (Gráfico 14).

A Região de Integração Guajará segue comportamento semelhante ao do município, também mantendo percentuais muito baixos e estáveis por volta de 0,1% a 0,2% ao longo dos cinco anos. Esse padrão reforça a ideia de que a precariedade no acesso à iluminação elétrica é praticamente inexistente nos centros urbanos dessa região. Assim, a maior atenção deve se concentrar no restante do estado, onde o percentual ainda é significativamente mais alto e, embora em queda, reflete desigualdades territoriais no acesso à energia (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

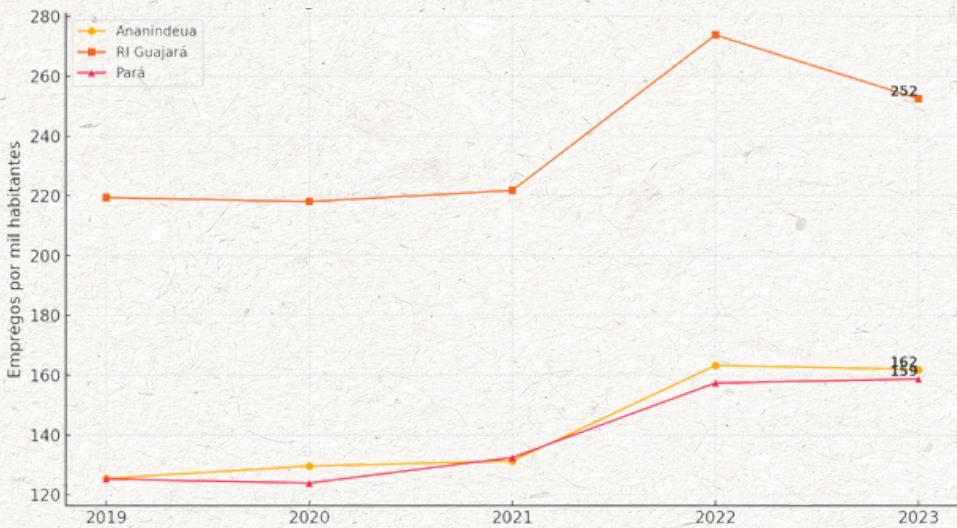
O município de Ananindeua também apresentou crescimento consistente no indicador, saindo de 125 empregos formais por mil habitantes em 2019 para 162 em 2023. O avanço mais significativo ocorreu entre 2021 e 2022, quando o número saltou de 131 para 163, o que pode estar associado à recuperação econômica pós-pandemia e à retomada de contratações formais, especialmente no setor de serviços e comércio, que possuem grande peso no perfil econômico do município (Gráfico 15).

Entre 2019 e 2023, o indicador de empregos formais por mil habitantes apresentou uma tendência geral de crescimento em todos os níveis territoriais analisados, com destaque para a Região de Integração (RI) Guajará. Essa região manteve os maiores índices ao longo de todo o período, partindo de cerca de 219 empregos por mil habitantes em 2019 e alcançando um pico expressivo em 2022, com aproximadamente 274, antes de recuar levemente para 252 em 2023. Esse padrão indica uma concentração de formalização do trabalho na RI, que possivelmente reflete maior dinamismo econômico e presença de setores com vínculos formais (Gráfico 15).



No estado do Pará como um todo, o crescimento do indicador também foi evidente, com o número de empregos formais por mil habitantes subindo de 125 em 2019 para 159 em 2023. Ainda que os valores permaneçam abaixo dos observados na RI Guajará, a trajetória ascendente indica um fortalecimento gradual do mercado de trabalho formal em escala estadual. O movimento conjunto entre município, RI e estado aponta para um processo de recuperação e expansão do emprego com carteira assinada no Pará, embora com intensidades distintas entre os territórios (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 162 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



Entre 2018 e 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita apresentou crescimento expressivo em todos os níveis territoriais analisados, com destaque para o estado do Pará. O estado iniciou o período com um PIB per capita próximo de R\$ 18.880 e alcançou R\$ 33.954 em 2022, um crescimento acelerado e consistente, especialmente após 2020. Esse avanço pode refletir o impacto positivo de atividades extrativistas e industriais no estado, além de um possível aumento nas expor-

tações e investimentos em infraestrutura econômica (Gráfico 16).

A Região de Integração Guajará, embora com crescimento mais moderado, também registrou avanço considerável, passando de cerca de R\$ 19.193

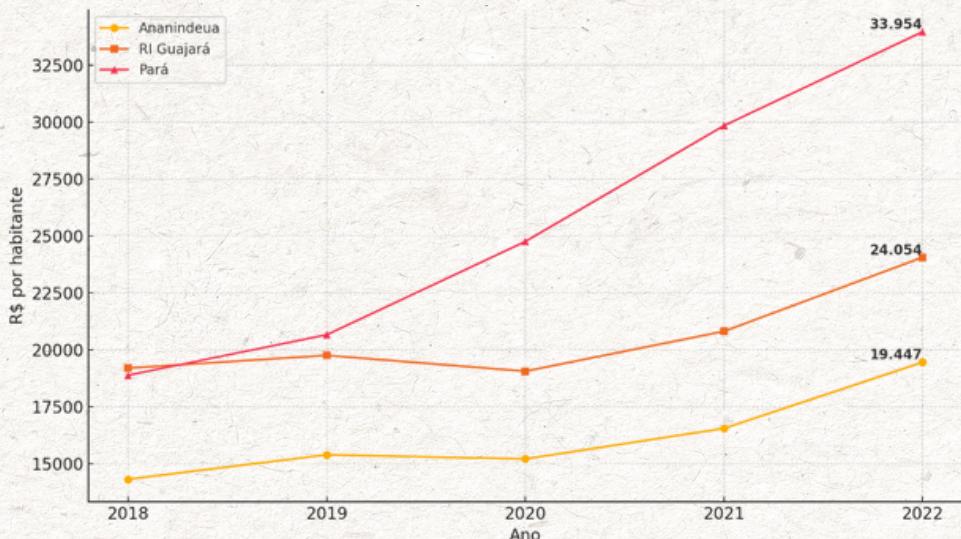
em 2018 para R\$ 24.054 em 2022. Após uma leve queda entre 2019 e 2020, houve uma recuperação constante até 2022. O desempenho da RI acompanhada de forma mais estável o comportamento estadual, ainda que em um patamar inferior, refletindo a importância da região no contexto econômico paraense, mas com menor dinamismo em relação a outras áreas mais intensamente exploradas economicamente (Gráfico 16).

em 2018 para R\$ 24.054 em 2022. Após uma leve queda entre 2019 e 2020, houve uma recuperação constante até 2022. O desempenho da RI acompanhada de forma mais estável o comportamento estadual, ainda que em um patamar inferior, refletindo a importância da região no contexto econômico paraense, mas com menor dinamismo em relação a outras áreas mais intensamente exploradas economicamente (Gráfico 16).



No município de Ananindeua, o PIB per capita evoluiu de R\$ 14.314 em 2018 para R\$ 19.447 em 2022, mostrando crescimento, porém em um ritmo mais contido. Houve uma pequena oscilação negativa em 2020, seguida de recuperação gradual nos anos seguintes. O desempenho do município pode estar atrelado a sua característica predominantemente residencial, com menor concentração de atividades econômicas de alto valor agregado. Apesar disso, o crescimento observado aponta para um avanço econômico que acompanha, ainda que com menor intensidade, o processo de expansão vivido pelo estado do Pará (Gráfico 16).

Gráfico 16 - PIB per capita, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 19.447/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Entre 2018 e 2022, o indicador de valor adicionado da indústria como percentual do PIB apresentou comportamentos distintos entre o estado do Pará e os demais níveis territoriais analisados. No estado, houve um crescimento expressivo e contínuo, passando de 28,2% em 2018 para 45,0% em 2022. Esse avanço aponta para o fortalecimento do setor industrial na composição econômica paraense, possivelmente impulsionado pela indústria extractiva mineral, que tem grande peso no PIB estadual e pode ter se beneficiado do aumento da demanda e dos preços internacionais de commodities

no período (Gráfico 17).

Em contraste, tanto o município de Ananindeua quanto a Região de Integração Guajará apresentaram uma relativa estabilidade no indicador, com tendência de leve queda. Ananindeua manteve-se em torno de 13% até 2020, mas caiu para 11,5% em 2021, mantendo esse patamar em 2022. A RI Guajará seguiu padrão similar, oscilando entre 12,9% e 11,3% ao longo do período. Esse comportamento sugere que a indústria tem participação modesta e pouco dinâmica na estrutura produtiva local e regional, provavelmente por se tratar de áreas urbanas com predominância de comércio e

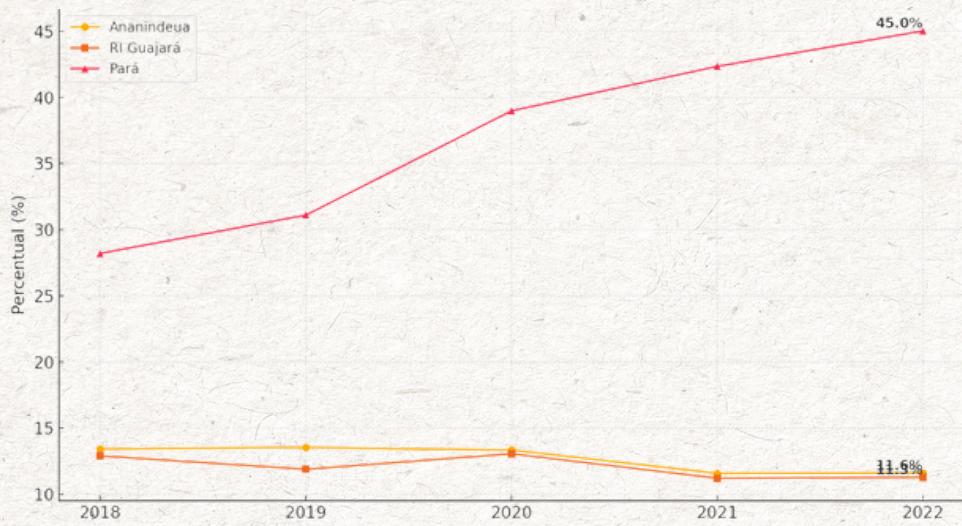
serviços, além de pouca presença de polos industriais de maior porte (Gráfico 17).

A diferença marcante entre os percentuais do estado e dos territórios subnacionais indica que o crescimento industrial no Pará está concentrado em outras regiões, fora da RI Guajará e do município de Ananindeua. Isso evidencia desigualdades territoriais no desenvolvimento industrial, em que áreas com maior exploração mineral ou industrialização pesada contribuem decisivamente para a elevação do indicador estadual, enquanto regiões mais urbanizadas e voltadas ao setor terciário permanecem com baixa participação da indústria no PIB (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Ananindeua x RI Guajará x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o indicador de profissionais da ciência por 100 mil habitantes apresentou um crescimento geral nos três níveis territoriais analisados, embora com variações de intensidade. No estado do Pará, o número de profissionais cresceu de 17 para 21 por 100 mil habitantes, refletindo um fortalecimento gradual da presença científica e acadêmica, possivelmente



impulsionado por políticas de fomento à pesquisa, expansão de instituições de ensino superior e maior valorização das carreiras científicas (Gráfico 18).

A Região de Integração Guajará apresentou os maiores valores durante todo o período, iniciando em 34,7 profis-

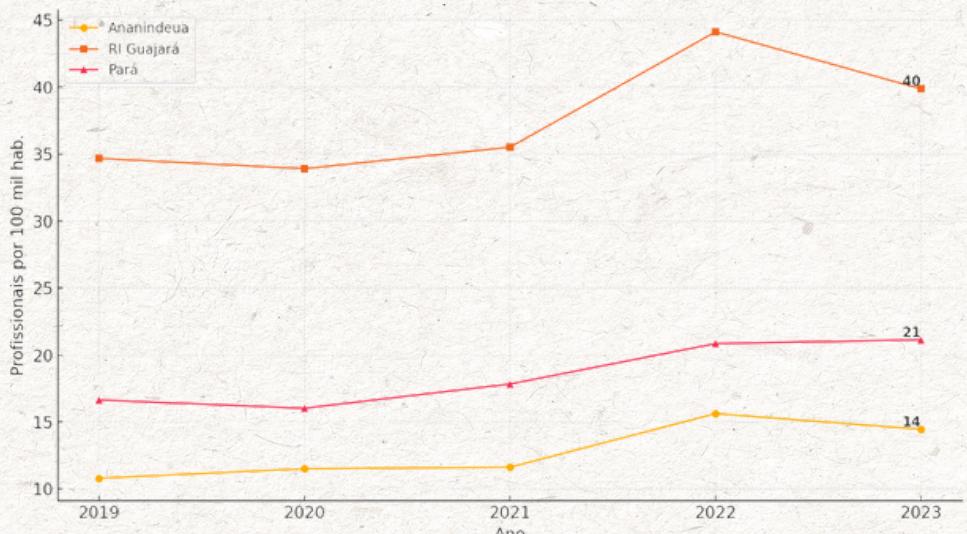
sionais por 100 mil habitantes em 2019 e atingindo o pico de 44,1 em 2022, antes de recuar levemente para 40 em 2023. Essa elevação acentuada, seguida de leve retração, pode indicar uma concentração de instituições de pesquisa e ensino técnico-científico na região, além de investimentos pontuais que impulsionaram a contratação ou formação de profissionais da área científica (Gráfico 18).

O município de Ananindeua, por sua vez, manteve os menores índices ao longo dos anos, com valores variando entre 10,7 e 15,6 profissionais por 100 mil habitantes. O avanço mais expressivo ocor-





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

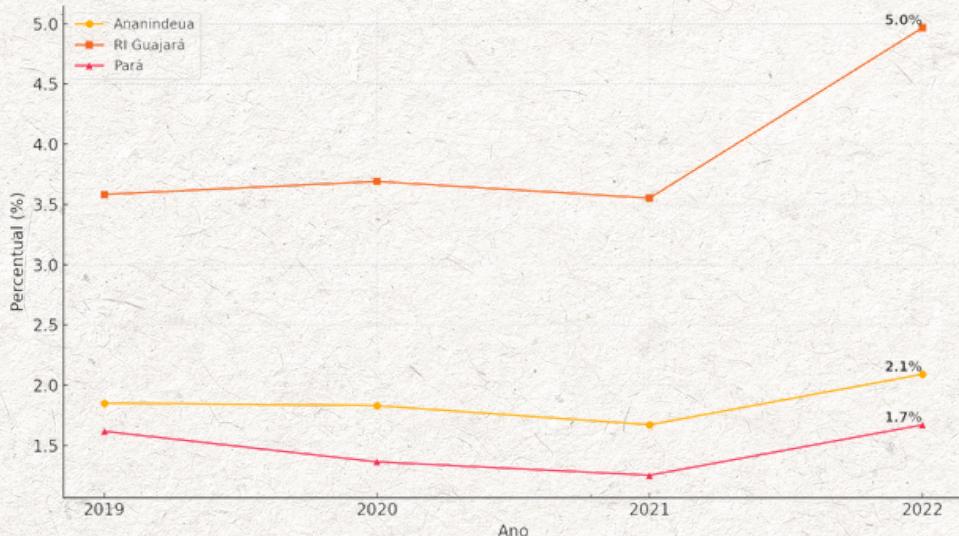
Entre 2019 e 2022, o indicador Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB) apresentou comportamentos variados entre os três níveis territoriais observados. A Região de Integração (RI) Guajará se destacou por manter os percentuais mais elevados durante todo o período, partindo de 3,6% em 2019 e alcançando um salto significativo para 5,0% em 2022. Esse aumento acentuado pode refletir a geração de empregos formais com remuneração crescente ou a expansão de setores com maior participação salarial, sugerindo um dinamismo positivo no mercado de trabalho formal da região (Gráfico 19).

No município de Ananindeua, a massa salarial formal apresentou relativa estabilidade entre 2019 e 2021, oscilando levemente entre 1,8% e 1,7% do PIB. No entanto, em 2022, o indicador cresceu para 2,1%, indicando uma recuperação ou avanço na formalização do trabalho e na remuneração média dos vínculos. Esse crescimento pode estar relacionado à retomada econômica pós-pandemia, à valorização de determinadas ocupações urbanas e ao aumento do número de vínculos formais registrado nos últimos anos no município (Gráfico 19).

Já o estado do Pará apresentou os percentuais mais

baixos ao longo da série, variando de 1,6% em 2019 para 1,7% em 2022, com uma queda intermediária até 2021 (1,2%). Essa baixa representatividade da massa salarial formal no PIB estadual revela uma economia fortemente influenciada por setores de alta geração de valor, mas com baixa empregabilidade formal, como a mineração. O comportamento do indicador sugere desafios na distribuição de renda via emprego formal no estado, especialmente fora das regiões mais urbanizadas ou administrativas, como a RI Guajará (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

Entre 2019 e 2023, o indicador de acesso à telefonia móvel, medido em linhas por 100 habitantes, apresentou crescimento nos três níveis territoriais analisados, embora com ritmos e padrões distintos. O estado do Pará iniciou o período com cerca de 79 linhas por 100 habitantes e chegou a 90 em 2023, revelando uma evolução lenta e contínua na ampliação do acesso móvel. Esse crescimento gradual pode refletir o avanço da infraestrutura de telecomunicações em áreas menos urbanizadas e o aumento da inclusão digital, mesmo que em ritmo inferior ao de regiões mais densamente povoadas (Gráfico 20).

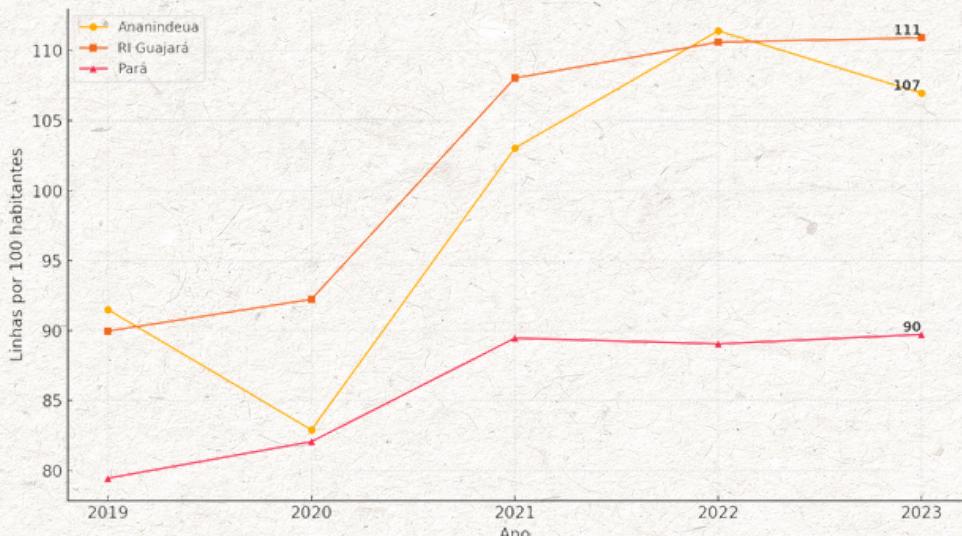
A Região de Integração Guajará apresentou um desempenho mais robusto ao longo da série. O indicador subiu de 90 em 2019 para 111 em 2023, com um crescimento expressivo a partir de 2021, quando ultrapassou a marca de 100 linhas por 100 habitantes, indicando uma média superior a uma linha móvel por pessoa. Esse aumento pode estar associado à maior concentração de centros urbanos, à diversificação no uso de chips por indivíduo (uso pessoal, profissional, serviços) e à expansão das operadoras na região metropolitana (Gráfico 20).





No município de Ananindeua, o comportamento foi marcado por oscilações mais visíveis. Após uma queda em 2020, o indicador cresceu significativamente, atingindo seu pico em 2022 com 111 linhas por 100 habitantes, antes de recuar levemente para 107 em 2023. Ainda assim, o município manteve um nível elevado de acesso à telefonia móvel, superior ao da média estadual. Esse padrão reforça o papel de Ananindeua como centro urbano dinâmico, onde a telefonia móvel está amplamente consolidada como ferramenta de comunicação, trabalho e acesso a serviços digitais (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 107 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

Entre 2019 e 2023, o indicador de despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental apresentou crescimento significativo no estado do Pará, especialmente a partir de 2021. O valor saiu de aproximadamente R\$ 41 por habitante em 2019 para R\$ 71 em 2023, com um salto expressivo entre 2021 e 2022. Esse comportamento indica um possível reposicionamento das prioridades orçamentárias estaduais, com maior atenção a políticas culturais e ambientais, que podem ter sido impulsionadas por agendas sustentáveis, pressões sociais

ou repasses vinculados a compromissos ecológicos (Gráfico 21).

A Região de Integração Guajará também demonstrou crescimento nesse período, ainda que em menor escala. O valor per capita caiu de R\$ 24 em 2019 para R\$ 17 em 2021, mas se recuperou nos anos seguintes, alcançando R\$ 35 em 2023. Essa trajetória em "V" pode refletir os efeitos da pandemia, que impactaram negativamente os orçamentos municipais e regionais em 2020 e 2021, seguidos por um processo de recomposição orçamentária e redirecionamen-

to dos recursos públicos. Ainda assim, a despesa por habitante em 2023 na RI Guajará permanece bem abaixo da média estadual (Gráfico 21).

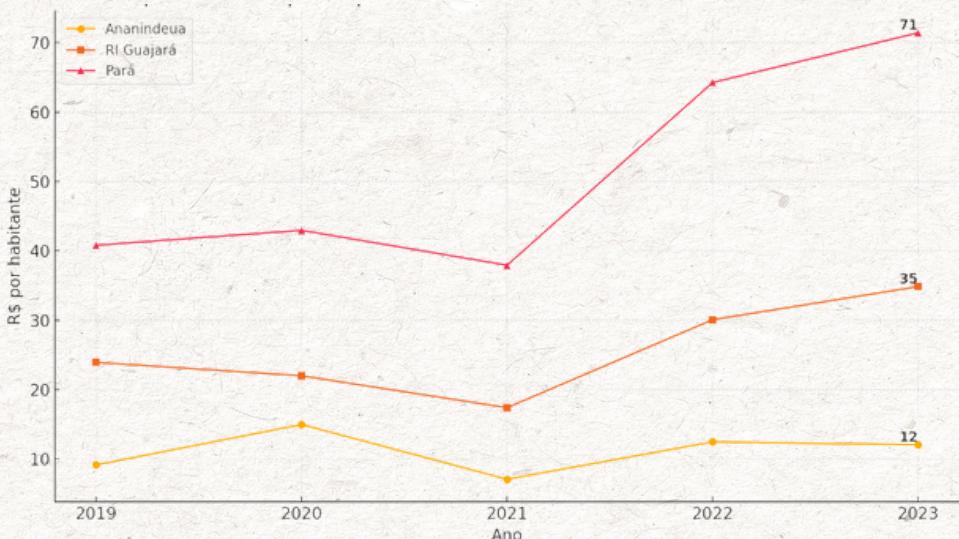
No município de Ananindeua, os valores foram os mais baixos ao longo de todo o período analisado, variando entre R\$ 7 e R\$ 15 por habitante. Após uma pequena alta em 2020, houve queda em 2021, seguida por uma estabilização em R\$ 12 nos dois últimos anos. Esse padrão revela uma destinação orçamentária modesta às áreas de cultura e gestão ambiental, possivelmente em função de outras demandas



locais consideradas prioritárias ou da limitação da arrecadação municipal. O contraste com os níveis estadual e regional evidencia uma baixa capacidade ou escolha de investimento nessas áreas por parte da gestão local (Gráfico 21).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Por-tanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

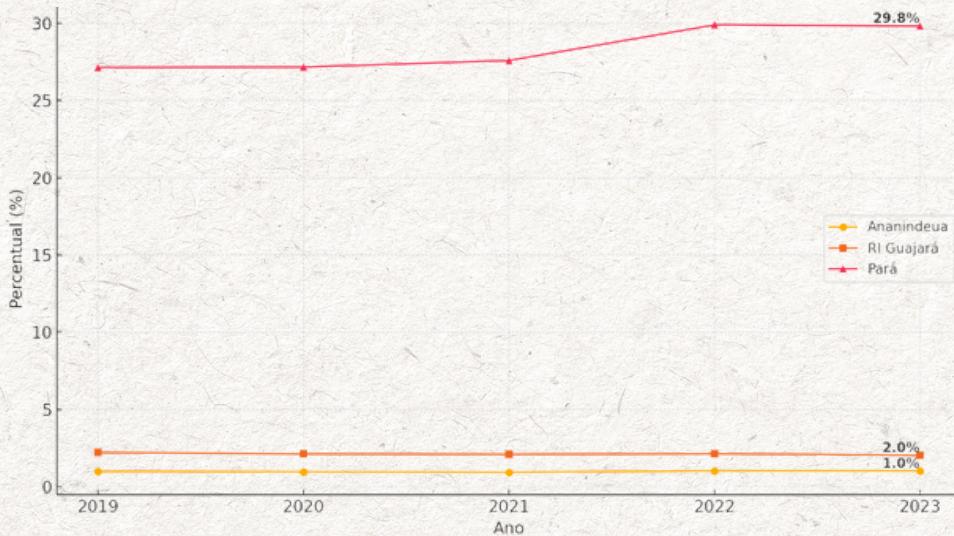
Entre 2019 e 2023, o indicador que mede o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo apresentou estabilidade nos níveis municipal e regional, mas manteve-se em patamares significativamente distintos em relação ao nível estadual. No município de Ananindeua, os valores permaneceram consistentemente baixos, variando em torno de 1%, o que sugere a presença de algum nível de cobertura dos serviços de coleta de resíduos sólidos, mesmo entre a população mais vulnerável. Essa estabilidade pode ser reflexo de políticas urbanas mínimas voltadas à limpeza pública e saneamento (Gráfico 22).

A Região de Integração (RI) Guajará manteve-se em torno de 2% durante todo o período analisado, também com pouca oscilação. Ainda que ligeiramente superior a Ananindeua, o indicador na RI Guajará segue em patamares baixos, indicando que, de forma geral, o problema do descarte informal de lixo por queima ou entero é menos acentuado nas áreas urbanizadas da região metropolitana de Belém. No entanto, a persistência desse percentual, mesmo que baixo, reforça a necessidade de inclusão plena dos domicílios de baixa renda nos sistemas de coleta regular (Gráfico 22).

Por outro lado, no estado do

Pará, o percentual é consideravelmente mais alto, tendo aumentado de cerca de 27% em 2019 para 29,8% em 2023. Isso revela uma realidade preocupante no interior do estado, onde grande parte da população de baixa renda ainda recorre a práticas inadequadas de descarte de resíduos por falta de acesso a serviços públicos. O contraste entre o estado e os níveis subnacionais reforça as desigualdades territoriais no acesso à infraestrutura básica de saneamento e evidencia a urgência de políticas públicas voltadas à universalização da coleta e destinação adequada de resíduos sólidos, especialmente nas áreas rurais e periferias urbanas mais afastadas (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Entre 2019 e 2023, o percentual da população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar como forma de esgotamento sanitário apresentou crescimento nos três níveis territoriais analisados. No estado do Pará, o aumento foi mais expressivo, passando de cerca de 44% em 2019 para 51,3% em 2023. Esse crescimento evidencia um agravamento das condições de saneamento básico entre a população mais vulnerável, o que pode estar relacionado à expansão desordenada de áreas urbanas e rurais sem infraestrutura adequada (Gráfico 23).

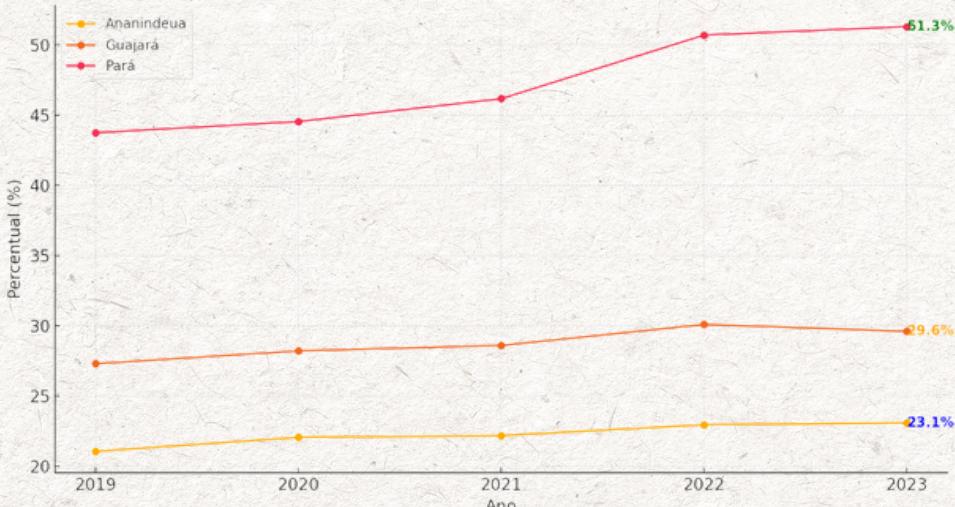
Na Região de Integração Guajará, os valores se mantiveram

em um patamar intermediário, oscilando entre 27,3% e 30%, com leve queda em 2023 após um pico no ano anterior. Embora o percentual seja inferior ao estadual, o fato de quase um terço da população de baixa renda ainda depender de fossas rudimentares revela carência estrutural importante mesmo em uma região urbanizada. Essa situação reflete os desafios da gestão pública em garantir serviços básicos essenciais em áreas periféricas e ocupações irregulares, que muitas vezes não são contempladas por redes coletoras de esgoto (Gráfico 23).

No município de Ananindeua,

os números também cresceram ao longo do período, passando de 21,1% em 2019 para 23,1% em 2023. Apesar de ser o menor percentual entre os três recortes analisados, o aumento é um indicativo de que o acesso ao saneamento adequado ainda é insuficiente para uma parcela significativa da população de baixa renda local. Esse quadro reforça a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura sanitária urbana, sobretudo em regiões de adensamento populacional acelerado, como é o caso de Ananindeua, que convive com contrastes sociais e desafios ambientais típicos das grandes cidades (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13: Gastos per capita com prevenção de desastres**.



Gastos per capita com prevenção de desastres

Entre 2019 e 2023, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram crescimento expressivo nos três níveis territoriais analisados, com destaque para o município de Ananindeua. A cidade iniciou o período com um investimento de R\$ 144 por habitante em 2019 e chegou a R\$ 552 em 2023, com um salto marcante a partir de 2022. Esse aumento pode refletir uma maior conscientização sobre os riscos urbanos, como alagamentos e deslizamentos, ou a implementação de políticas

mais robustas voltadas à defesa civil e infraestrutura preventiva (Gráfico 24).

A Região de Integração (RI) Guajará apresentou uma trajetória de crescimento mais gradual. Os valores oscilaram nos primeiros anos, caindo de R\$ 190 em 2019 para R\$ 155 em 2021, mas subiram de forma consistente nos anos seguintes, atingindo R\$ 324 por habitante em 2023. Essa recuperação sugere um reforço nas ações regionais de planejamento e enfrentamento de riscos, embora em patamar ainda in-



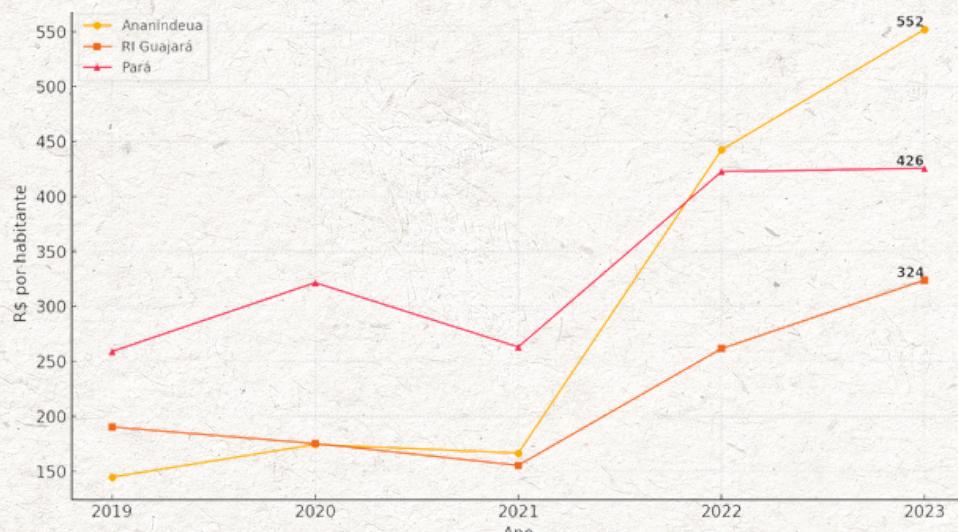
ferior ao observado em Ananindeua, o que pode indicar uma distribuição desigual dos investimentos dentro da própria região metropolitana (Gráfico 24).

O estado do Pará também elevou significativamente seus investimentos, passando de R\$ 259 por habitante em 2019 para R\$ 426 em 2023. Apesar de

um recuo em 2021, o crescimento nos dois últimos anos evidencia uma priorização da agenda de prevenção de desastres no plano estadual. Essa tendência pode estar associada a eventos climáticos extremos ocorridos no estado ou à ampliação dos programas de

resiliência e resposta rápida. O avanço nos três recortes territoriais revela um fortalecimento importante da política pública nessa área, essencial frente aos impactos crescentes das mudanças climáticas e urbanização desordenada (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNCIO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 552/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Entre 2019 e 2023, a despesa per capita com preservação aquática apresentou comportamento significativamente desigual entre os três níveis territoriais analisados. O estado do Pará registrou os maiores valores em todo o período, partindo de R\$ 183 por habitante em 2019, alcançando R\$ 278 em 2020 e encerrando 2023 com o maior valor da série: R\$ 287. Essa trajetória, apesar das oscilações, reflete um comprometimento crescente com políticas ambientais voltadas à proteção de recursos hídricos, compatível com a importância estratégica da bacia amazônica e dos ecossistemas aquáticos no ter-



ritório paraense (Gráfico 25).

A Região de Integração Guajará apresentou um desempenho mais modesto, com valores que variaram entre R\$ 2,5 e R\$ 12 por habitante ao longo dos cinco anos. O pico ocorreu em 2020, sugerindo uma tendência recente de retomada ou fortalecimento da agenda ambiental no nível regional. No entanto, os investimentos ainda permanecem distantes dos níveis estaduais, o que pode indicar limitações

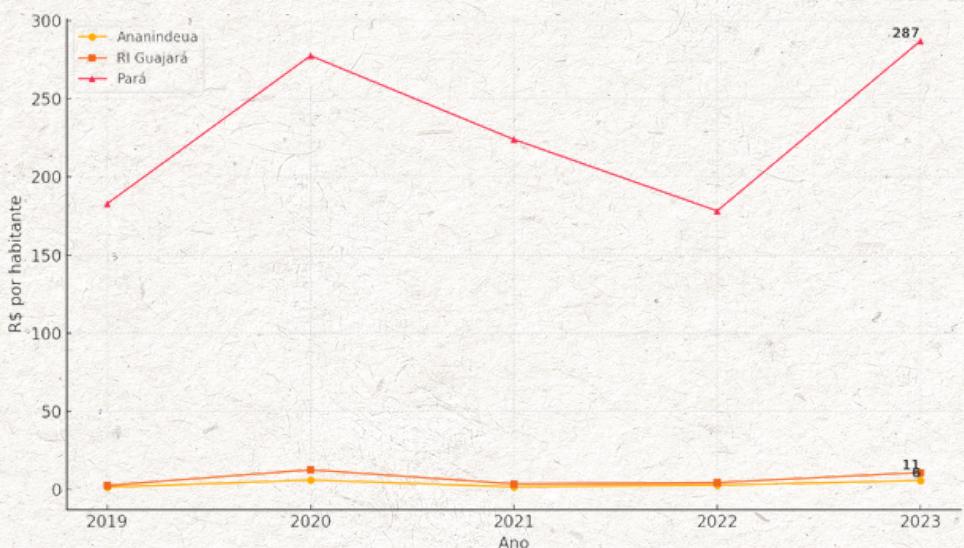
orçamentárias ou baixa priorização da temática em políticas públicas regionais, apesar da forte dependência da região em relação aos recursos hídricos para abastecimento, saneamento e equilíbrio ambiental (Gráfico 25).

No município de Ananindeua, os investimentos foram ainda mais baixos, partindo de cerca de R\$ 1,3 em 2019 e chegando a R\$ 6 em 2023. No município de Ananindeua, os investimentos foram ainda mais baixos,



partindo de cerca de R\$ 1,3 em 2019 e chegando a R\$ 6 em 2023. Apesar de um leve crescimento no período, os valores continuam muito abaixo dos demais níveis, refletindo uma baixa alocação de recursos para ações de preservação aquática. Considerando que Ananindeua é uma área urbana densamente povoada e cercada por corpos hídricos sensíveis, essa realidade evidencia um importante desafio na governança ambiental local e a necessidade de ampliar políticas de proteção e recuperação dos ambientes aquáticos urbanos (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 6/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Entre 2019 e 2023, o percentual da área de floresta em relação à área total do estado do Pará manteve-se relativamente estável, variando entre 64,1% e 67,3%. Em 2023, o valor chegou a 65,1%, indicando que mais de dois terços do território paraense ainda são compostos por áreas florestais. Apesar de oscilações pontuais, os dados sugerem certo equilíbrio na cobertura florestal estadual ao longo do período, embora não permitam descartar totalmente processos locais de desmatamento e degradação, muitas vezes compensados por políticas de conservação ou regeneração natural (Gráfico 26).

Na Região de Integração Guajará, o percentual foi o mais baixo entre os três níveis analisados, oscilando entre 26,8%

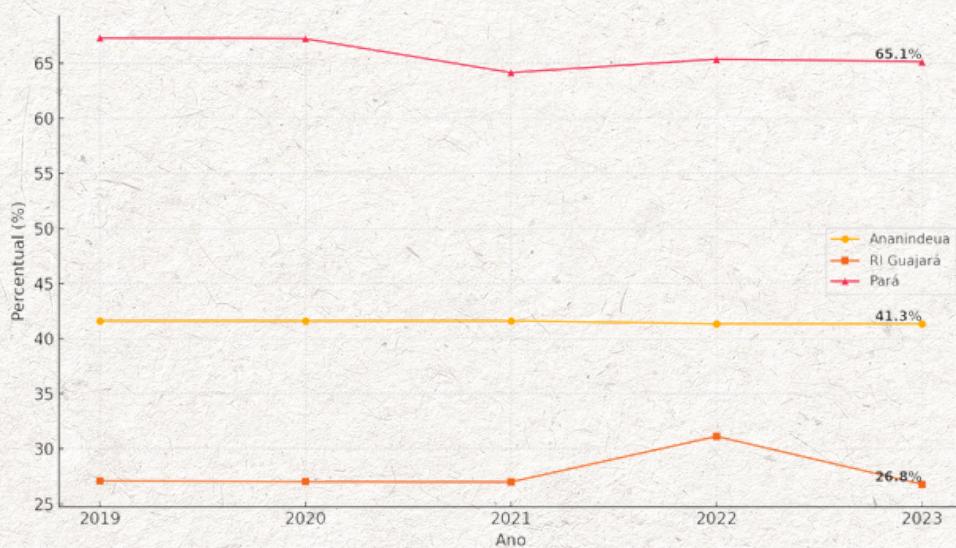
e 31,1%. O maior pico ocorreu em 2022, com posterior queda no ano seguinte. Essa variação pode refletir alterações no uso e ocupação do solo em áreas urbanas e periurbanas, uma vez que a região engloba municípios com crescimento populacional e expansão urbana acelerada, o que tende a pressionar áreas verdes e florestadas. Ainda assim, cerca de um quarto do território da



RI permanece florestado, revelando certa resiliência ecológica (Gráfico 26).

O município de Ananindeua apresentou uma situação estável e intermediária, com 41,3% de sua área total mantida como floresta em todos os anos do período. Esse dado chama atenção positivamente, considerando a densidade urbana do município e sua localização na região metropolitana de Belém. A constância sugere a preservação de remanescentes florestais, provavelmente em áreas de proteção permanente ou reservas, e destaca a importância de políticas locais de ordenamento territorial e conservação ambiental para garantir o equilíbrio entre urbanização e preservação dos recursos naturais (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Entre 2019 e 2023, o percentual da área desmatada em relação à área total apresentou comportamentos distintos nos três níveis territoriais analisados. No estado do Pará, o indicador subiu de 21,6% em 2019 para 23,2% em 2023, evidenciando um crescimento contínuo, ainda que moderado da pressão sobre os recursos florestais. Esse avanço progressivo no desmatamento reforça os desafios que o estado enfrenta para conter a expansão da degradação ambiental, mesmo com esforços de monitoramento e políticas de preservação (Gráfico 27).

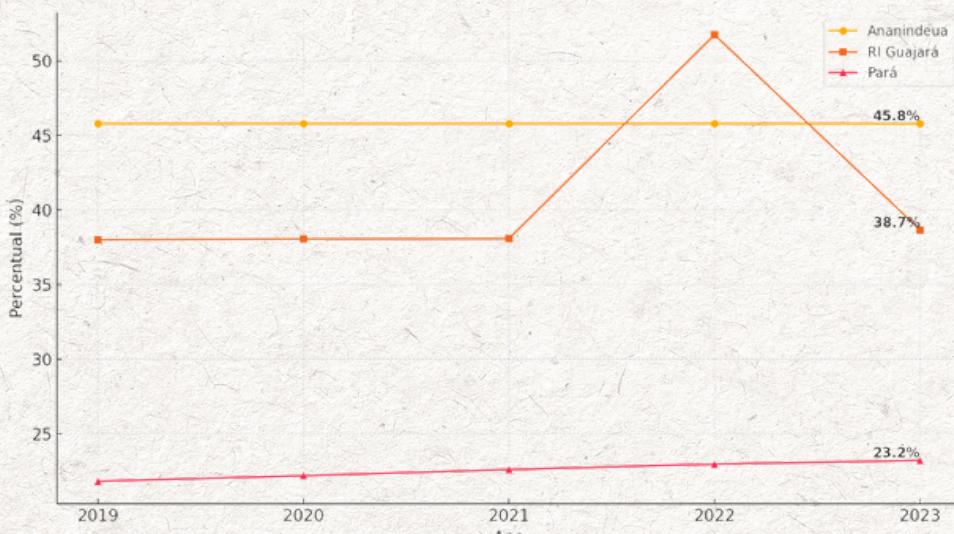
Na Região de Integração Guajará, o percentual permaneceu estável entre 2019 e 2021, em torno de 38%, mas teve um salto expressivo em 2022, che-

gando a 51,7%, seguido por um recuo para 38,7% em 2023. Esse pico em 2022 pode estar associado a um aumento pontual na conversão de áreas para usos urbanos ou agrícolas, ou até mesmo a melhorias nos mecanismos de medição e registro. A queda no ano seguinte sugere um possível controle temporário ou reversão de áreas degradadas, mas também pode indicar flutuações naturais em razão de fatores socioeconômicos ou climáticos (Gráfico 27).

O município de Ananindeua apresentou o maior percentual de área desmatada ao longo de todo o período, mantendo-se estável em 45,8% entre 2019 e 2023. Essa constância sugere que o processo de des-

matamento urbano no município já se consolidou em anos anteriores e que restam poucas áreas naturais em risco imediato. Embora isso possa indicar um cenário de estabilidade, também ressalta a limitada margem para recuperação ambiental dentro dos limites do município, exigindo ações de preservação dos poucos fragmentos remanescentes e investimentos em reflorestamento urbano e compensações ambientais (Gráfico 27).

Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

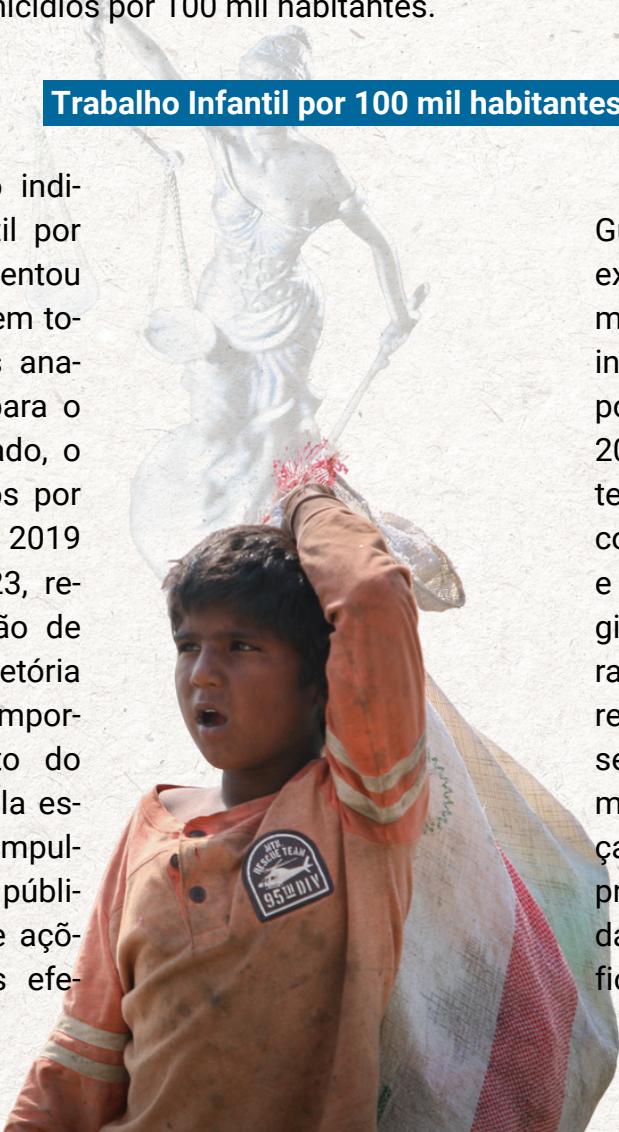
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o indicador de trabalho infantil por 100 mil habitantes apresentou uma queda significativa em todos os níveis territoriais analisados, com destaque para o estado do Pará. No estado, o número caiu de 39 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 11 em 2023, representando uma redução de mais de 70%. Essa trajetória aponta para avanços importantes no enfrentamento do trabalho infantil em escala estadual, possivelmente impulsionados por políticas públicas, programas sociais e ações de fiscalização mais efetivas (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

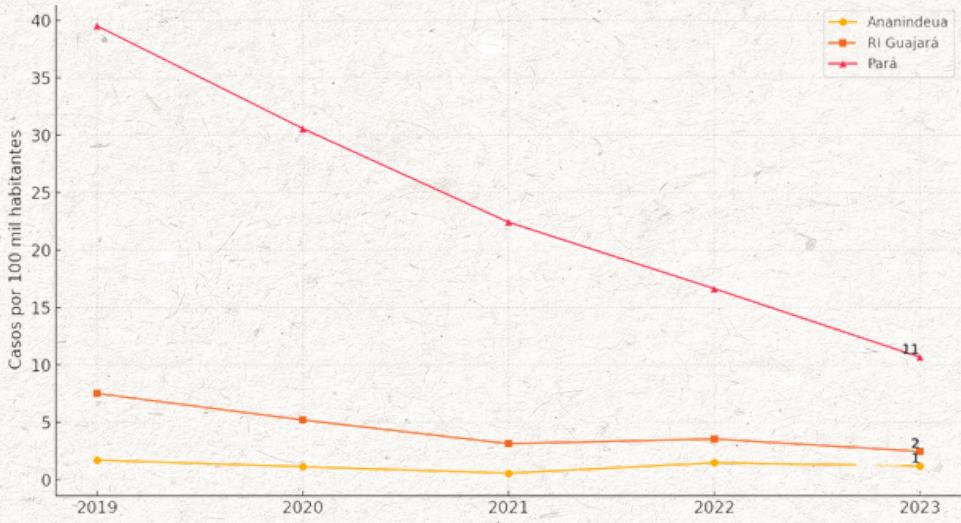
Na Região de Integração Guajará, a redução também foi expressiva, embora em patamares absolutos menores. O indicador partiu de 7,5 casos por 100 mil habitantes em 2019 e chegou a 2 em 2023. A tendência de queda contínua, com leve oscilação entre 2021 e 2022, reforça o avanço regional no combate à exploração infantil, o que pode estar relacionado a melhorias nos serviços de assistência social, maior escolarização das crianças e ampliação da rede de proteção social nos municípios da região metropolitana (Gráfico 28).





Em Ananindeua, os números foram os mais baixos de toda a série, começando com 1,9 em 2019 e encerrando em 1 caso por 100 mil habitantes em 2023. A estabilidade em um patamar reduzido sugere que o município tem conseguido manter o trabalho infantil sob controle, o que pode refletir a atuação de políticas locais de educação e proteção à infância. No entanto, mesmo com índices baixos, é fundamental manter e fortalecer os esforços intersetoriais, dado que qualquer ocorrência de trabalho infantil representa uma violação grave de direitos e exige resposta imediata do poder público (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes apresentou tendência geral de queda nos três níveis territoriais analisados, embora com oscilações importantes ao longo do período. No estado do Pará, o indicador caiu de 38,8 em 2019 para 31 em 2023, com a maior redução ocorrendo entre 2019 e 2020. Apesar de uma leve alta em 2022, a trajetória final sugere avanços no enfrentamento da violência letal, possivelmente impulsionados por políticas de segurança pública, integração de forças policiais e programas de prevenção à violência (Gráfico 29).

Na Região de Integração Guajará, o cenário foi marcado por um recuo expressivo entre 2019 e 2020, seguido por um aumento considerável em 2022, quando o indicador chegou a 40,8, antes de cair novamente para 31,2 em 2023. Essa oscilação pode estar relacionada a fatores locais, como disputas territoriais entre facções, variações no policiamento ou mudanças na dinâmica criminal da região metropolitana. Ainda assim, o dado final de 2023 é significativamente inferior ao de 2019, o que representa um avanço (Gráfico 29).

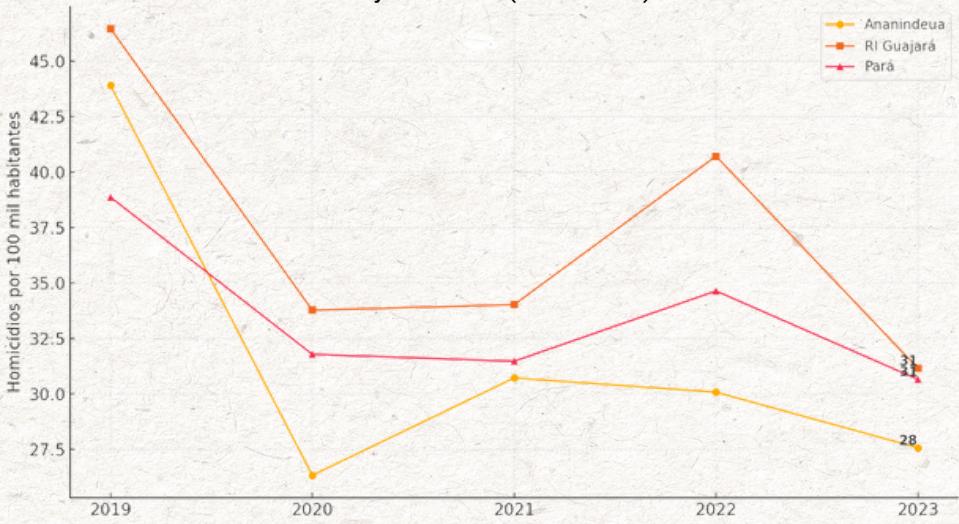
No município de Ananindeua, a taxa de homicídios caiu de 44,1 em 2019 para 28 em 2023, com uma queda acentuada entre 2019 e 2020, e pequenas variações nos anos seguintes. Esse comportamento sinaliza uma melhoria sustentada no nível de violência letal no município, embora os números ainda estejam acima do considerado aceitável pela Organização Mundial da Saúde. A tendência de redução indica um possível fortalecimento das ações de segurança pública e de políticas sociais no município, que devem ser mantidas e ampliadas para ga-



rantir a continuidade da queda nos índices de homicídios (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

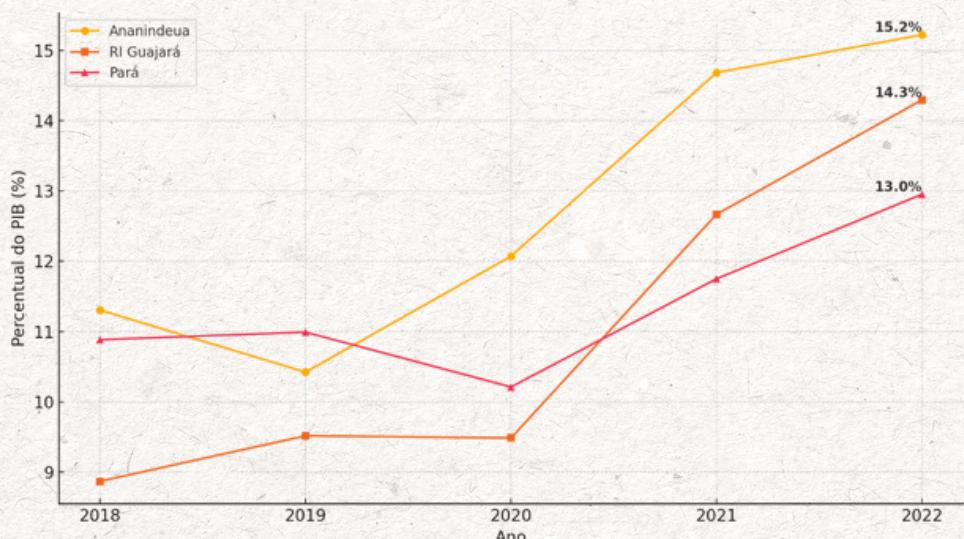
Entre 2018 e 2022, o indicador de gasto público municipal como percentual do PIB apresentou uma tendência clara de crescimento nos três níveis territoriais analisados. No município de Ananindeua, o indicador iniciou em 11,3% em 2018, recuou ligeiramente em 2019, mas passou a crescer de forma expressiva a partir de 2020, atingindo 15,2% em 2022. Esse aumento pode indicar uma ampliação da atuação do poder público municipal sobre a economia local, seja por meio de investimentos em políticas públicas, aumento da arrecadação ou ampliação de repasses intergovernamentais (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

A Região de Integração Guajará apresentou trajetória semelhante, com um crescimento contínuo a partir de 2020, alcançando 14,3% em 2022. A evolução sugere que os municípios da região, incluindo centros urbanos relevantes como Belém e Ananindeua, intensificaram sua presença fiscal na economia regional. Esse comportamento pode estar atrelado ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, que demandou maior volume de recursos públicos para saúde, assistência social e infraestrutura, além de políticas de recuperação econômica local (Gráfico 30).

No estado do Pará como um todo, o indicador também cresceu, ainda que em ritmo um pouco mais moderado, passando de 10,9% em 2018 para 13,0% em 2022. Isso demonstra que o papel dos municípios na dinâmica econômica estadual se fortaleceu no período, com maior peso relativo do gasto público municipal frente ao PIB. Esse fortalecimento pode refletir uma descentralização de políticas públicas e um aumento na autonomia fiscal dos municípios, reforçando a importância da gestão local no desenvolvimento territorial (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Ananindeua x RI Guajará x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa (em pontos por 100 habitantes) apresentou crescimento expressivo nos três níveis territoriais analisados. No estado do Pará, o indicador passou de 4,9 para 11,3, mais que dobrando no período. Esse avanço sugere um processo consistente de expansão da infraestrutura de internet fixa no estado, refletindo tanto investimentos públicos quanto a ampliação da cobertura e da demanda por conectividade, especialmente impulsionada pela pandemia e pela digitalização de serviços (Gráfico 31).

Na Região de Integração Gu-

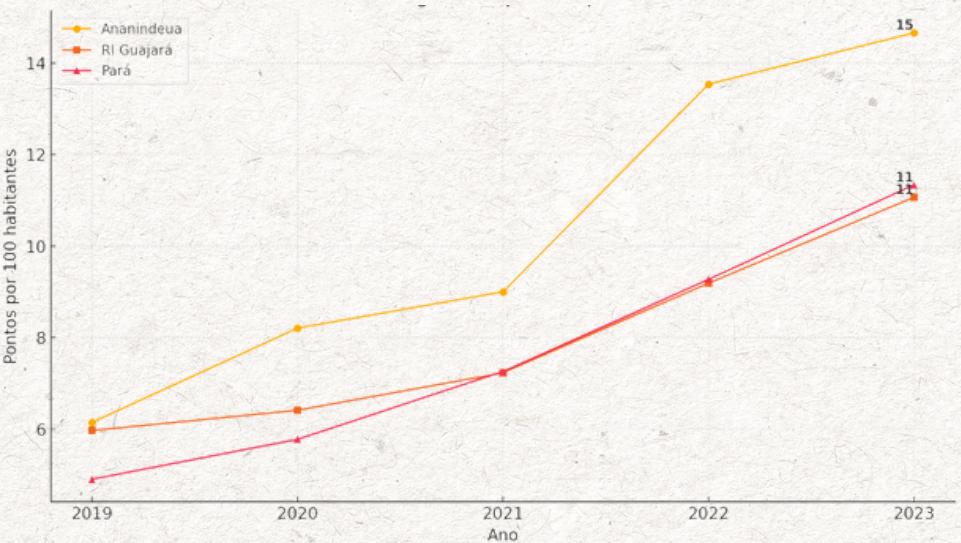
jará, o crescimento também foi relevante, indo de 6,1 em 2019 para 11,1 em 2023. A região, que inclui importantes centros urbanos como Belém e Ananindeua, apresentou um ritmo de evolução alinhado ao do estado, com crescimento gradual até 2021 e aceleração mais forte a partir de 2022. Esse comportamento reflete o aumento da competitividade entre provedores, o adensamento populacional que favorece a viabilidade econômica de expansão da rede, e a crescente importância da conectividade para atividades educacionais, profissionais e sociais (Gráfico 31).

Ananindeua foi o destaque do

gráfico, iniciando com 6,2 pontos por 100 habitantes em 2019 e alcançando 15 em 2023, mantendo-se consistentemente acima das médias estadual e regional. Esse desempenho reforça o papel do município como um centro urbano em expansão tecnológica, com forte adesão à internet fixa. O salto mais acentuado ocorreu entre 2021 e 2022, provavelmente em resposta à demanda intensificada por conectividade durante o período de pandemia. O resultado final aponta para um cenário de inclusão digital crescente, essencial para o desenvolvimento econômico e social do município (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Ananindeua x RI Guajará x Pará (2019-2023)



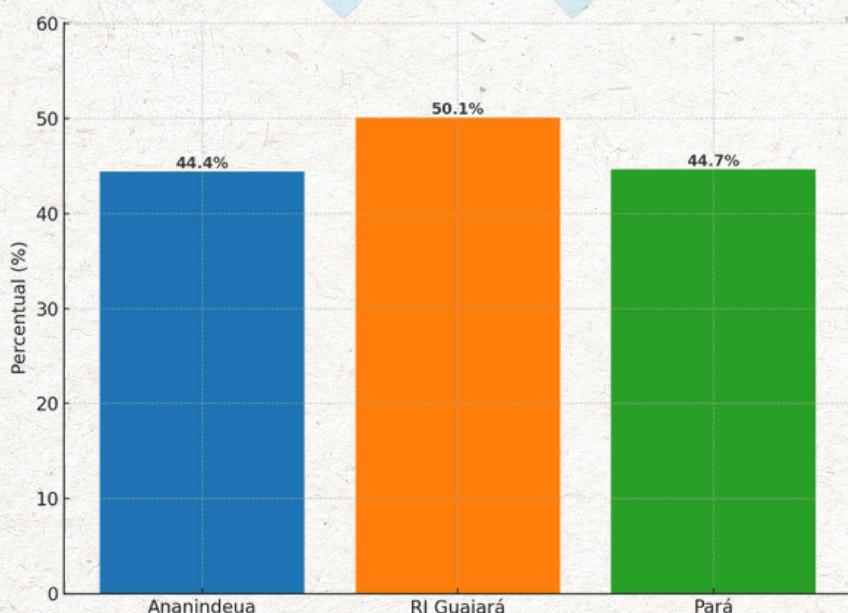
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Ananindeua** registrou um IDS de **44,4%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Ananindeua x RI Guajará x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

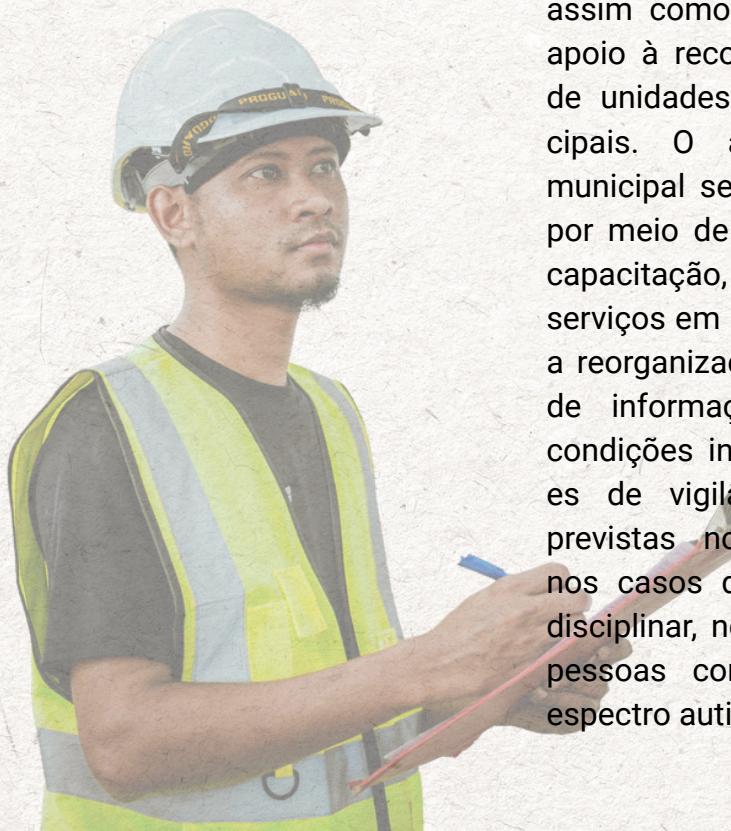
nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

